

**Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular
no 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Relatório

2010/2011

Índice

Índice de gráficos	8
Apresentação.....	5
Sumário Executivo.....	6
Recomendações	9
Nota Metodológica	10
Acompanhamento global do programa.....	13
Os Agrupamentos objeto de visita.....	14
As Escolas/Turmas/Atividades visitadas	17
Apoio ao Estudo.....	17
Ensino de Inglês, Ensino de Música, AFD, Outra Atividade	18
Caracterização das turmas	18
Recursos humanos	19
Recursos físicos e materiais.....	19
Componente pedagógica	20
Articulação pedagógica e curricular	22
Articulação Horizontal.....	22
Articulação Vertical.....	23
Supervisão pedagógica.....	23
Apreciação Global dos PTT e Técnicos	25
Observação das atividades	26
Dados da Observação	26
Apreciação das Atividades.....	28
Opinião dos Pais.....	31
Opinião dos alunos	35
Reflexões sobre as visitas de acompanhamento	36
Direções Regionais de Educação.....	36
Anexos.....	i
Anexo I - Súmula dos dados estatísticos relativos ao acompanhamento realizado pela CAP e do resultado do tratamento dos questionários aplicados no âmbito das visitas de acompanhamento.....	ii
Anexo II – Relatórios das Associações Profissionais	xxiii

Índice de gráficos

Gráfico 1	Distribuição das visitas de acompanhamento por entidade promotora (em função dos AE visitados).....	12
Gráfico 2	Recurso às TIC (em %)	16
Gráfico 3	Turmas com flexibilização de horários (em %)	17
Gráfico 4	Propriedade e adequação do espaço	18
Gráfico 5	Perceção da importância das AEC pelos técnicos (em %)	19
Gráfico 6	Recurso às TIC por parte de técnicos e alunos (em %)	20
Gráfico 7	Articulação com o PTT	21
Gráfico 8	Articulação entre técnicos das AEC	21
Gráfico 9	Articulação com os departamentos/docentes das respetivas áreas	22
Gráfico 10	Conhecimento das OP por parte dos PTT	23
Gráfico 11	Periodicidade no acompanhamento das AEC	23
Gráfico 12	Evidências de Recurso às TIC	25
Gráfico 13	Planificação das atividades	26
Gráfico 14	Documentos observados	26
Gráfico 15	Adequação aos alunos e aos temas	27
Gráfico 16	Adequação de materiais, sua qualidade e quantidade	28
Gráfico 17	Estratégias adotadas conduzem a:.....	28
Gráfico 18	Adequação das interações na sala de aula.....	29
Gráfico 19	Cultura de Escola	29
Gráfico 20	Atividades	30
Gráfico 21	Informação	30
Gráfico 22	Qualidade	31
Gráfico 23	Adequação	32
Gráfico 24	Impacto	32
Gráfico 25	Frequência	34
Gráfico 26	O que gostarias de fazer	34

Apresentação

O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico – correntemente designado de AEC – encontra-se regulamentado pelo Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio. As AEC tiveram início no ano letivo de 2005/2006, com o Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3º e 4º anos do 1º ciclo do ensino básico público e, indo ao encontro do conceito de escola a tempo inteiro, evoluíram para uma oferta mais abrangente. O ano de 2010/2011 foi o quinto ano da sua implementação.

As AEC pretendem cumprir o duplo objetivo de garantir a todos os alunos do 1º Ciclo, de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, geradoras de oportunidades e maior sucesso.

De acordo com o Despacho acima mencionado, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico é monitorizado pela Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP) da qual fazem parte, a Diretora-Geral da DGIDC e os Diretores Regionais de Educação. Os representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), da Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), da Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM), do Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) e da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), têm vindo igualmente a participar nas atividades da CAP, conforme previsto no referido Despacho.

Para além da intervenção contínua da CAP, o acompanhamento das AEC efetiva-se formalmente através da realização de visitas de acompanhamento cuja metodologia, suportada em vários instrumentos de recolha de dados, prevê diversos momentos de interação com os diferentes membros da comunidade educativa e a observação das atividades por peritos indicados pelas Associações de Professores e por técnicos das DRE. O empenho exigido aos diferentes intervenientes neste processo consolidou-se com a experiência acumulada em anos anteriores.

O presente relatório organiza-se em torno da monitorização do programa pela CAP, utilizando os instrumentos criados para as visitas às escolas e os relatórios produzidos pelas Direções Regionais de Educação e pelas Associações Profissionais.

Sumário Executivo

- Aspetos metodológicos do acompanhamento**
1. Todos os intervenientes reconheceram que o procedimento adotado relativo às visitas de acompanhamento permitiu, com recursos semelhantes, uma maior abrangência de turmas e/ou atividades a observar.
 2. A observação de atividades, seguida de uma pequena reflexão crítica e formativa, continua a ser considerada como uma mais-valia para a análise do contexto pedagógico sendo, porém, a mesa-redonda o principal momento das visitas de acompanhamento.
 3. Comparativamente com o ano anterior, a escolha das turmas a observar apresentou uma maior homogeneidade na sua distribuição pelos 4 anos de escolaridade.
 4. Os novos instrumentos de recolha de informação, introduzidos em 2010/11, mostraram maior adequação à realidade e permitiram aumentar, significativamente, a recolha de dados.
- Orientações programáticas**
5. Os agrupamentos, na sua maioria, fizeram a divulgação dos Orientações Programáticas juntos dos Professores Titulares de Turma (PTT) e dos técnicos das AEC.
 6. O conhecimento das Orientações Programáticas por 97,3% dos técnicos e o reconhecimento da sua importância para a prática pedagógica (89,1%) são uma mais-valia e refletem o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.
- Construção dos horários**
7. A articulação com a Entidade Promotora para a construção dos horários é já uma prática na maioria dos agrupamentos sendo, também, significativo o número de agrupamentos que ouviu a Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE) sobre a matéria (45,5%).
 8. A possibilidade de flexibilização dos horários, facilita a gestão dos recursos (humanos e físicos) sendo apoiada pelas Associações de Professores e pelos Municípios mas questionada pelos PTT e pelos pais por interferir com a atividade curricular e limitar a opção de frequência.
 9. A constituição de turmas com alunos de diferentes anos de escolaridade permite uma maior rentabilização dos recursos mas é apontada como um constrangimento ao bom desenvolvimento das atividades.
- Espaços físicos**
10. O espaço utilizado no âmbito das AEC é, maioritariamente, considerado adequado sendo as maiores carências registadas na Atividade Física e Desportiva (AFD).
 11. A permanência no espaço da sala de aula durante um período demasiado longo pode “curricularizar” estas atividades, gerar desmotivação nos alunos e originar alguns problemas, nomeadamente a nível disciplinar.
 12. É ainda pouco significativa a rentabilização de outros espaços do agrupamento como bibliotecas, ludotecas, etc.

- Habilitações dos técnicos das AEC**
13. A licenciatura continua a ser a habilitação mais referida, ainda que nem sempre coincida com a área ministrada pelo técnico.
14. No que respeita às habilitações profissionais / especializadas é de destacar que, se continua a verificar uma elevada percentagem de profissionais com currículo relevante (Ensino da Música – 28%; Ensino de Inglês – 23,4%). Esta situação evidencia a falta de recursos humanos com as habilitações preconizadas.
15. A obrigatoriedade de oferta do inglês continua a estar muito condicionada pela dificuldade em recrutar técnicos com o perfil adequado, o que se refletiu numa menor qualidade na oferta desta atividade.
- Recrutamento**
16. O quadro legal existente bem como as características deste tipo de ofertas (nº reduzido de horas e dispersão geográfica) são pouco motivadores para o recrutamento e, particularmente, para a fidelização dos técnicos.
17. A articulação (entidade promotora / agrupamento) para a seleção e recrutamento dos técnicos origina uma maior adequação do seu perfil, facilita a sua fidelização potenciando a articulação horizontal e vertical.
- Alunos**
18. O entusiasmo dos alunos por estas atividades tem levado a um aumento da frequência das mesmas e confirma o seu bom acolhimento.
19. Os alunos mostram empenho e gosto por todas as AEC oferecidas manifestando a sua preferência por atividades mais lúdicas e/ou interativas.
- NEE**
20. A integração dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é salvaguardada em 44% dos agrupamentos através de apoios específicos.
21. Os apoios para o enquadramento do técnico e a integração dos alunos com NEE são ainda insuficientes e apresentam muitas fragilidades.
- TIC**
22. O recurso às TIC é feito, principalmente, pelos PTT e pelos técnicos continuando, no entanto, a registar-se uma elevada percentagem de respostas que indicam a “não utilização” ou a “utilização esporádica” das mesmas. A exploração das Tecnologias de Informação e Comunicação, pelos alunos, no âmbito das AEC, é ainda muito reduzida exceto no Apoio ao Estudo onde o seu uso se começa a fazer com alguma regularidade.
- Articulação**
23. Os agrupamentos começam a implementar a articulação dos técnicos em especial através da sua participação nas reuniões com os Pais e Encarregados de Educação (50,9%) e nas reuniões de departamento (60,4%).
- Articulação horizontal**
24. A articulação com o professor titular de turma começa a ser uma prática instituída e a ter, progressivamente, um carácter mais formal.
- Articulação vertical**
25. A articulação vertical começa a ser mais consistente e visível. O reconhecimento da sua importância é visível no esforço dos agrupamentos em promover a articulação dos departamentos com os técnicos das AEC, bem como a participação destes nas reuniões de departamento.

- | | |
|--|---|
| Supervisão e articulação pedagógica | <p>26. O desconhecimento, por parte de alguns professores titulares de turma, das orientações programáticas põe em causa a efetiva e fundamentada supervisão e acompanhamento deste processo.</p> <p>27. Os agrupamentos estão a envidar esforços no sentido de implementar metodologias e rotinas que permitam o incremento da articulação vertical.</p> <p>28. A substituição dos técnicos é, muitas vezes, assegurada pelos agrupamentos pelo que importa clarificar as atribuições e procedimentos de cada um dos intervenientes nesta matéria.</p> |
| Avaliação | <p>29. Os agrupamentos começam a emanar orientações sobre o processo de avaliação das AEC (67,3%) nomeadamente através da criação de instrumentos para registo da avaliação e definição de frequência da sua aplicação.</p> |
| Apreciação dos peritos | <p>30. Os peritos, no seu conjunto, consideram que este projeto apresenta poucas evidências de articulação entre os ciclos de escolaridade e poucas medidas que conduzam à solução deste problema.</p> |
| Articulação entre parceiros | <p>31. É indispensável que se clarifiquem as atribuições e os procedimentos a adotar por cada uma das partes sempre que a entidade promotora adjudica a prestação de serviços a terceiros.</p> |
| Pais | <p>32. Os pais/encarregados de educação estão mais informados e participativos mas ainda estão pouco envolvidos no processo.</p> |

Recomendações

1. Proceder a uma avaliação alargada do programa para permitir identificar medidas e estratégias a implementar para uma melhor consecução do mesmo;
2. Definir critérios/requisitos que permitam conciliar as diferentes respostas e formas de atuação, potenciando a qualidade da oferta e das práticas;
3. Implementar um sistema de monitorização e recolha de informação que facilite a recolha uniforme dos dados tendo em vista a tomada de decisões organizativas e pedagógicas em tempo útil;
4. Rever o modelo de acompanhamento face à atual fase de desenvolvimento do programa e à reestruturação dos serviços.
5. Produzir orientações no sentido de reforçar a necessidade de uma maior adequação da oferta ao contexto local;
6. Produzir orientações que reforcem o carácter lúdico das atividades indo ao encontro das expectativas dos alunos;
7. Acentuar o carácter formativo do processo de avaliação das AEC a nível de agrupamento, em particular adequando os respetivos instrumentos.

Mantém-se a maioria das recomendações já expressas em relatórios anteriores, nomeadamente:

8. Sensibilizar os PTT e as Direções dos Agrupamentos para a verificação da compatibilidade dos programas pré-concebidos pelas entidades face aos Projetos Curriculares de Turma, às Orientações Programáticas e, naturalmente, aos interesses e necessidades dos alunos que deverão ter um papel ativo na planificação, desenvolvimento e avaliação das atividades;
9. Sensibilizar os PTT para a natureza do apoio ao estudo que deverá permitir a consolidação das aprendizagens e o desenvolvimento de competências, de métodos e hábitos de estudo, nomeadamente através do recurso às TIC;
10. Responsabilizar os Órgãos de Gestão do Agrupamento pelo cumprimento integral do Currículo Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico, assegurando que nenhuma das áreas é descurada no currículo a favor das AEC;
11. Garantir o desenvolvimento e adequação de mecanismos de apoio que possibilitem uma melhor integração dos alunos com NEE nas AEC.
12. Implicar os pais e encarregados de educação no processo de organização das atividades, nomeadamente na definição dos períodos de funcionamento, utilizando canais diretos de comunicação.

Nota Metodológica

O presente relatório foi elaborado tendo por base a informação resultante dos dados recolhidos nas visitas de acompanhamento, organizadas pela Comissão de Acompanhamento do Programa, os contributos dos relatórios de acompanhamento das Direções Regionais de Educação e das restantes entidades pertencentes à CAP.

As visitas de acompanhamento, realizadas no âmbito do dispositivo de acompanhamento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, procuraram recolher informações sobre o funcionamento das AEC, com particular incidência nos domínios pedagógico e organizacional.

A CAP aprovou uma metodologia que permitiu, com recursos humanos semelhantes aos utilizados nos anos anteriores, uma maior abrangência das atividades observadas e uma maior frequência da observação.

Cada Direção Regional de Educação, em conformidade com a sua dimensão, identificou um conjunto de agrupamentos de escolas / escolas não agrupadas correspondente a 7% dos existentes na sua área de influência. A seleção teve em conta, entre outros aspetos, a diversidade das entidades promotoras, os relatórios da avaliação externa da IGE e as diferentes realidades (dimensão, localização, horários, etc.) existentes no terreno.

Em cada agrupamento de escolas foram selecionadas, aleatoriamente, duas turmas por atividade, se possível de técnicos e níveis de escolaridade diferentes. Estas turmas podiam pertencer a uma ou mais escolas do agrupamento.

Após a realização das primeiras visitas, cada Direção Regional de Educação sinalizou as turmas visitadas onde foram verificadas dificuldades que justificassem uma segunda visita. As restantes foram substituídas por novas turmas da mesma escola ou de outra escola do mesmo agrupamento.

Nestas visitas foi utilizada uma metodologia, que integrou o seguinte conjunto de ações:

1. Observação das atividades - Ensino do Inglês, Ensino da Música, Atividade Física e Desportiva e Outra(s) Atividade(s).

Esta ação concretizou-se pela observação de duas atividades de enriquecimento curricular, onde esteve presente o professor titular de turma, um elemento da DRE e um observador especialista da respetiva área, indicado pelas Associações de Professores que participam no acompanhamento.

2. Aplicação de questionários:

- a) ao Diretor do Agrupamento de Escolas (preenchimento *in loco*);
- b) ao Professor Titular de Turma (preenchimento *in loco*);
- c) aos Técnicos das diferentes atividades (preenchimento *in loco*);
- d) ao observador especialista das diferentes áreas (preenchimento *in loco*);

- e) aos Pais e Encarregados de Educação das turmas observadas - 5 por turma (recolhidos posteriormente);
- f) aos alunos das turmas observadas dos 2º, 3º e 4º anos - 5 por turma (recolhidos posteriormente).

Salienta-se a aplicação de 3 novos questionários – ao Diretor do Agrupamento; aos Pais e Encarregados de Educação; aos Alunos. Procurou-se, com estes novos instrumentos, rentabilizar as visitas de acompanhamento recolhendo elementos tendo em vista:

- uma maior aproximação ao princípio das AEC e CAF (Componente de Apoio à Família) no agrupamento;
- a caracterização, relativamente às AEC e CAF, do agrupamento no seu todo;
- a opinião dos pais/encarregados de educação sobre as AEC em geral e cada uma das atividades em particular;
- a opinião dos alunos sobre as diferentes atividades (o que gostam mais/menos de fazer em cada uma delas).

3. Realização de uma “Mesa-redonda”, por agrupamento, com os membros da comunidade educativa envolvidos no processo.

Esta ação consistiu numa reflexão orientada por um conjunto de tópicos de discussão no âmbito do funcionamento do Programa e, em particular, sobre a articulação horizontal e vertical das atividades de enriquecimento curricular. Os membros da comunidade educativa indicados para participarem na “mesa-redonda” foram os seguintes:

- a) O Diretor do Agrupamento de Escolas;
- b) Representantes do Conselho Pedagógico (Departamentos Curriculares que enquadram as línguas estrangeiras, a educação física e a educação musical);
- c) O coordenador do estabelecimento onde as atividades funcionam;
- d) O(s) professor(es) titular(es) de turma das turmas observadas;
- e) 1 representante dos pais e encarregados de educação;
- f) Os técnicos das AEC das turmas observadas;
- g) Os observadores das associações de professores que participaram no acompanhamento
- h) 1 representante da entidade promotora / Coordenador das AEC (caso exista);
- i) 1 representante de cada uma das entidades parceiras.
- j) O elemento da DRE (que orienta os trabalhos);

Nas segundas visitas foi realizada a observação das atividades e aplicados os questionários (ao Diretor do agrupamentos, aos técnicos das diferentes atividades, ao PTT e ao observador especialista), apenas nos casos em que se verificaram alterações à informação anteriormente fornecida. A mesa redonda apenas se realizou em situações devidamente fundamentadas, adotando, geralmente, uma estrutura simplificada.

De realçar a importância destas visitas de acompanhamento na medida em que propiciam o contacto entre os diferentes atores e a consequente partilha de pontos de vista distintos permitindo, assim, identificar problemas e potencialidades, encontrar soluções e formas de legitimação de decisões.

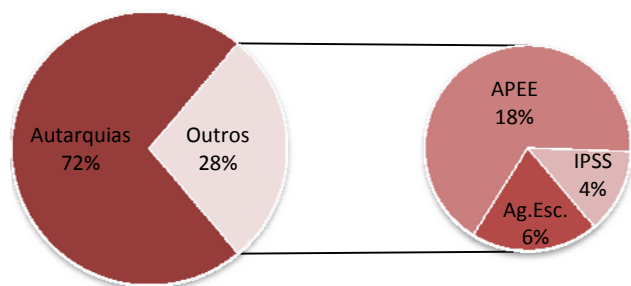
Este relatório procura, pois, sintetizar os dados recolhidos no âmbito do sistema de monitorização definido pela CAP, nomeadamente visitas de acompanhamento e relatórios das Direções Regionais de Educação, das Associações Profissionais e da CONFAP.

Acompanhamento global do programa

Neste capítulo procederemos a uma análise dos dados recolhidos nas visitas de acompanhamento realizadas procurando, sempre que se justifique, estabelecer as relações com os dados recolhidos em anos anteriores.

A alteração ao modelo de acompanhamento permitiu uma recolha mais abrangente de informação com recursos similares aos utilizados em anos anteriores. Assim, foi possível observar um maior número de atividades, ministradas por técnicos diferentes, resultando num aumento do número de questionário aos técnicos (+143 na 1ª visita). A aplicação do novo instrumento de recolha de informação (Questionário ao Diretor do Agrupamento) permitiu alargar o conhecimento a todo o agrupamento e aferir do envolvimento das diferentes estruturas no processo. Também a recolha de elementos junto dos pais/encarregados de educação (Questionário aos pais) possibilitou avaliar o grau de satisfação relativamente às AEC. Igualmente importante foi a auscultação feita junto dos alunos (Questionário aos Alunos) que nos forneceu elementos importantes para a identificação dos aspetos que os alunos privilegiam nas diferentes atividades. A convergência desta informação tornou possível destacar os pontos fortes mas também aferir com uma maior acuidade quais as maiores dificuldades/fragilidades destas atividades.

Gráfico 1 | Distribuição das visitas de acompanhamento por Entidade Promotora (em função dos AE visitados)



A distribuição das visitas de acompanhamento pelas entidades promotoras considerou as diferentes tipologias verificando-se, mesmo, uma maior diversificação com a duplicação das visitas a APEE (+9%) e a IPSS (+2%). De salientar que foram as APEE a entidade com maior percentagem de visitas de acompanhamento (17,9%) face ao número total de entidades promotoras.

Esta metodologia permitiu acompanhar 55 agrupamentos de escolas, abrangendo 86 escolas e 277 turmas, tendo 63 escolas e 149 turmas sido observadas duas vezes.

Os Agrupamentos objeto de visita

O questionário ao Diretor do Agrupamento permite-nos aferir do desenvolvimento do programa não apenas nas escolas que foram objeto de visita mas em todas as escolas que integram o agrupamento. A informação assim recolhida é, particularmente pertinente pela informação/evidências no que concerne às dinâmicas implementadas e à cultura de escola.

Salientam-se os dados mais relevantes da análise deste questionário:

- Neste momento estão já instituídas práticas de articulação, de trabalho conjunto com os membros da comunidade educativa alargada, bem como de rentabilização dos recursos, humanos e materiais, que espelham o esforço de todos os intervenientes.
- O apoio disponibilizado para a integração dos alunos com NEE de carácter prolongado tem, progressivamente, vindo a estender-se às AEC. Verificámos que, em 44% dos casos, este apoio já abrange as atividades de enriquecimento curricular (22 dos 50 agrupamentos já dispõem deste apoio).
- A construção dos horários das turmas é normalmente realizada em articulação com a entidade promotora. Já a audição dos pais e encarregados de educação ainda não está assumida por todos os intervenientes embora tenhamos indícios de casos de boas práticas – em 45,5% dos agrupamentos visitados, a associação de pais foi ouvida no processo. Aliás esta é uma área em que os interesses nem sempre são convergentes, particularmente quando há recurso à flexibilização dos horários, o que se verificou em 55% dos agrupamentos visitados.

A necessidade de proceder à substituição da atividade de “Ensino da Música”, devido à falta de técnicos com o perfil preconizado foi outro dos obstáculos com que se depararam muitos dos agrupamentos visitados (26). Esta situação ocorreu em todas as direções regionais, embora com maior incidência na DRE Alentejo (80%) e na DREC (64%). A sua menor expressividade registou-se na DREN (39%) sendo esta a única direção regional com valores abaixo dos 50%.

Já no que diz respeito ao processo de seleção dos técnicos para ministrar as Atividades de Enriquecimento Curricular verifica-se que a participação do agrupamento no processo ainda não é uma prática instituída. Apesar deste fraco envolvimento é de salientar o facto de 96% dos agrupamentos, no início do ano letivo, fazerem a receção/integração destes técnicos.

As AEC já se encontram, maioritariamente, contempladas nos documentos do agrupamento, nomeadamente: Regulamento Interno (95%), Projeto Educativo da Escola (92%) e Plano Anual de Atividades (96%). Também a ocupação dos alunos em caso de falta do técnico das AEC foi uma preocupação - a sua substituição foi acautelada em 79% das situações. No entanto, alguns aspetos ainda estão por definir como, por exemplo, as consequências das faltas dos alunos às AEC não previstas em 40% dos agrupamentos.

A inserção plena destas atividades no agrupamento bem como a articulação com os diferentes intervenientes, incluindo os pais/encarregados de educação, traduz o esforço de participação dos vários atores.

A adequação dos espaços manteve-se como uma das dificuldades uma vez que apenas 49% dos inquiridos os considera adequados. Já no que concerne aos materiais para as AEC se verificou que muitos agrupamentos já dispõem dos mesmos em quantidade e qualidade (74% e 76%, respetivamente). Começa, também, a ser uma prática comum o fornecimento de materiais aos técnicos para o desenvolvimento das atividades, particularmente na Atividade Física e Desportiva (94%). As restantes atividades apresentam valores entre 85% e 87%.

Reveste-se de particular importância o facto de todos os agrupamentos terem dado orientações aos PTT para o exercício da supervisão pedagógica das AEC e terem incentivado a articulação entre estes e os técnicos das AEC. Acresce referir que, em 98% dos casos, as questões relacionadas com a supervisão das AEC são discutidas em Conselho de Docentes. Também no que diz respeito à avaliação destas atividades 91% dos agrupamentos deram orientações sobre o processo de avaliação a utilizar. Estas práticas reforçam a integração do programa no agrupamento. Um dos aspetos menos consolidados é a articulação vertical sendo, no entanto, de ressaltar os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos e os casos de boas práticas registados. Assim, em 58% dos casos, verificou-se que os Departamentos Curriculares já apresentaram propostas de adequação dos Planos Curriculares de Turma tendo em consideração os conhecimentos adquiridos pelos alunos no âmbito das atividades de enriquecimento curricular. Também a articulação destes com os técnicos das AEC começa a ter um carácter mais regular.

A monitorização das AEC tem tradução no processo de autoavaliação de 33 agrupamentos potenciando, assim, uma adequação das estratégias e metodologias e, conseqüentemente, uma melhoria dos resultados e do aproveitamento dos recursos.

As AEC são vistas como um acréscimo nos conhecimentos e capacidades dos alunos, facilitadores da sua integração no 2º ciclo. A sua implementação influenciou, também, a cultura de escola em especial no que se refere à articulação entre ciclos e à relação com a comunidade educativa alargada.

Apesar desta assunção, os agrupamentos reportam, ainda, alguns obstáculos à boa consecução deste programa, porque, na maioria dos casos se tratam de situações já identificadas anteriormente, e em função da experiência adquirida começam a ser ensaiadas, ou mesmo encontradas, soluções/formas de os debelar. São particularmente relevantes:

- A resistência de professores titulares de turma e de pelos pais/encarregados de educação à flexibilização dos horários, com o objetivo de potenciar o recrutamento/fidelização dos técnicos das atividades. A promoção de espaços de debate, de reuniões, de ações de esclarecimento e sensibilização tem potenciado o entendimento entre as partes.
- A dificuldade na conciliação de horários para uma efetiva realização da supervisão pedagógica ou mesmo para articulação com os técnicos das atividades é outro dos condicionalismos verificados. A mobilidade dos técnicos e a sua substituição agravam ainda mais esta situação. O incremento da articulação ao nível da escola, o recurso às novas tecnologias bem como a partilha de responsabilidade entre agrupamento / entidade promotora / entidades parceiras têm permitido minorar alguns destes problemas.
- A permanência dos alunos no mesmo espaço durante um tempo demasiado longo é também um fator de preocupação. A redistribuição dos espaços / procura de espaços alternativos para o

- As dificuldades registadas ao nível dos recursos humanos e materiais (pessoal auxiliar, técnicos com o perfil adequado para ministrar as atividades, instalações, materiais diversos) foram minoradas através da substituição da atividade ou mudança de instalações bem como de um reforço dos materiais disponibilizados para o desenvolvimento das atividades.

Face aos resultados, às dificuldades reportadas e às respostas atualmente no terreno, as sugestões dos agrupamentos vão no sentido de um reforço da articulação (nas suas diferentes vertentes) e de uma maior visibilidade destas atividades (nomeadamente através da realização de atividades de período / ano - exposições, competições desportivas ...), de uma procura de estabilidade dos técnicos e do desenvolvimento de ações de formação para os técnicos das AEC e o pessoal auxiliar.

No que diz respeito à Componente de Apoio à Família (CAF), em 67% dos agrupamentos objeto de visita, existe esta oferta, que tem particular expressividade antes da atividade curricular (60%) e após as atividades de enriquecimento curricular (49%). O seu desenvolvimento é feito, maioritariamente, no espaço escolar e a sua oferta assegurada, em mais de metade das situações registadas, por autarquias locais e IPSS.

A CAF dá uma resposta adequada às necessidades das famílias e é vista como uma mais-valia pelas escolas. Como preocupação regista-se a presença dos alunos em horário alargado no espaço escolar.

O desenvolvimento da CAF nas escolas é, muitas vezes, condicionado pela inexistência de instalações adequadas e pela escassez de recursos humanos, nomeadamente pessoal auxiliar. O não cumprimento, por parte dos Encarregados de Educação, dos horários estabelecidos acarreta dificuldades adicionais.

Para obviar às dificuldades sentidas, os agrupamentos, em função da sua realidade, procuraram soluções/alternativas, nomeadamente:

- o recurso a outros espaços do agrupamento (bibliotecas, espaços da EB 2,3,...);
- a redistribuição do serviço/horários dos funcionários ou a celebração de protocolos com outras entidades garantindo assim o acompanhamento e ocupação dos alunos naquele período;
- a definição prévia de um método e frequência de monitorização (obrigatoriedade de entrega periódica de relatórios);
- a implementação de ações de sensibilização junto dos encarregados de educação, entre outros.

Os diretores dos agrupamentos consideram, maioritariamente, que se deve continuar e/ou reforçar a oferta da CAF. Referem, ainda, que é desejável a manutenção das entidades que oferecem este serviço, garantindo a qualidade do mesmo através da contratação de técnicos especializados, do reforço do carácter iminentemente lúdico desta oferta, da procura, através do diálogo com os parceiros, de espaços alternativos os quais deveriam, sempre que possível, ser diferentes dos utilizados nas atividades letiva e de uma participação mais ativa do agrupamento em todo o processo.

As Escolas/Turmas/Atividades visitadas

Apoio ao Estudo

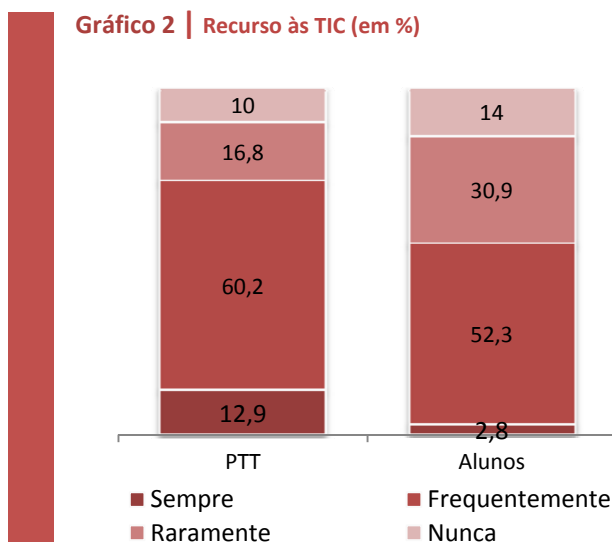
No que se refere aos professores titulares de turma importa referir que se tratam de profissionais com experiência de anteriores funções docentes/pedagógicas (maioritariamente como docentes de apoio educativo).

A atividade de Apoio ao Estudo é assegurada pelo professor titular de turma e abrangeu 5114 alunos. Importa referir que estas turmas incluem alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado abrangendo 310 alunos.

Verificou-se que, maioritariamente, os PTT desempenham funções de Apoio ao Estudo sendo as turmas constituídas por alunos oriundos da turma de que são professor titular.

No que se refere ao horário desta atividade registou-se uma maior incidência no período “após a atividade letiva” o que se coaduna com a “consolidação das aprendizagens pela aplicação de estratégias de estudo” como prioridade máxima.

Para a dinamização desta atividade os PTT recorrem, preferencialmente, a fichas de trabalho seguidas dos jogos, do caderno do aluno e do manual.



No que concerne ao recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) importa referir a percentagem de professores e de alunos (embora menor neste último caso) que já recorre às TIC com regularidade. Embora se registre um aumento significativo dos professores que utilizam este recurso é ainda expressivo o número de registos indicando um uso esporádico ou mesmo a sua não utilização por professores e, principalmente, alunos.

Verificou-se que os professores titulares de turma articulam entre si, nomeadamente através da partilha dos materiais e recursos e da programação das atividades.

Segundo os PTT o Apoio ao Estudo, não produz o efeito desejado (apoiar os alunos com mais dificuldades) pois as turmas são constituídas por um número demasiado elevado de alunos, os seus horários são desajustados originando um excesso de horas no mesmo espaço e com o mesmo professor e, conseqüentemente, a desmotivação / cansaço físico e intelectual dos alunos.

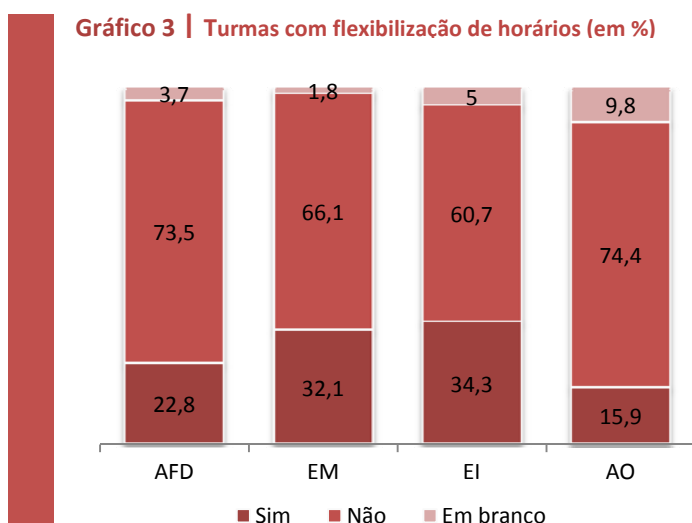
Para obstar a alguns dos aspetos supramencionados os professores diversificam as estratégias e atividades, reforçando o seu carácter lúdico, tendo em consideração os interesses dos alunos e procurando recorrer a outros espaços (biblioteca, pátio da escola, ...) e a outros recursos nomeadamente: o uso de computadores, quadro interativo, internet. A criação de diferentes dinâmicas, em função de cada grupo específico, é igualmente uma das estratégias adotadas salientando-se a formação de subgrupos por atividades específicas; a prioridade dada aos alunos com maiores dificuldades ou a maior autonomia para os alunos mais avançados que se pode refletir, por exemplo, em trabalho de pares / interação aluno-aluno.

Os PTT consideram que esta atividade deveria ser ministrada por professores diferentes do professor da turma regular e para grupos mais pequenos (constituídos apenas pelos alunos com necessidade deste tipo de apoio). Deveria, ainda, haver um reforço dos materiais disponíveis (didático/pedagógico e de software educativo) bem como uma maior diversidade de espaços.

Ensino de Inglês, Ensino de Música, AFD, Outra Atividade

Caracterização das turmas

Analisados os dados constantes dos questionários aplicados aos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular (Ensino do Inglês, Ensino da Música, Atividade Física e Desportiva e Outra) e no que respeita à caracterização das turmas é de salientar o esforço realizado pelas DRE no sentido de equilibrar a distribuição das visitas pelos diferentes anos de escolaridade. Regra geral a constituição das turmas é igual à do ensino regular. É de salientar o facto de um número significativo das turmas observadas integrarem alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado. Esta situação é particularmente visível na “Outra Atividade” (49%) o que pode, eventualmente, ser explicado por se tratarem, maioritariamente, de atividades na área das expressões. Apesar desta incidência as restantes atividades registam, também, valores significativos ($\geq 32\%$). O facto de, nalguns agrupamentos, o apoio para a integração dos alunos com NEE de carácter prolongado na turma abranger as AEC, é potenciador de uma progressiva integração destes alunos nas atividades de enriquecimento curricular.



Analisados os dados dos questionários verifica-se que o recurso à flexibilização dos horários foi particularmente sentido no Ensino do Inglês e no Ensino da Música. Nos casos em que houve necessidade de flexibilizar o horário as atividades foram, predominantemente, colocadas antes da atividade curricular da manhã.

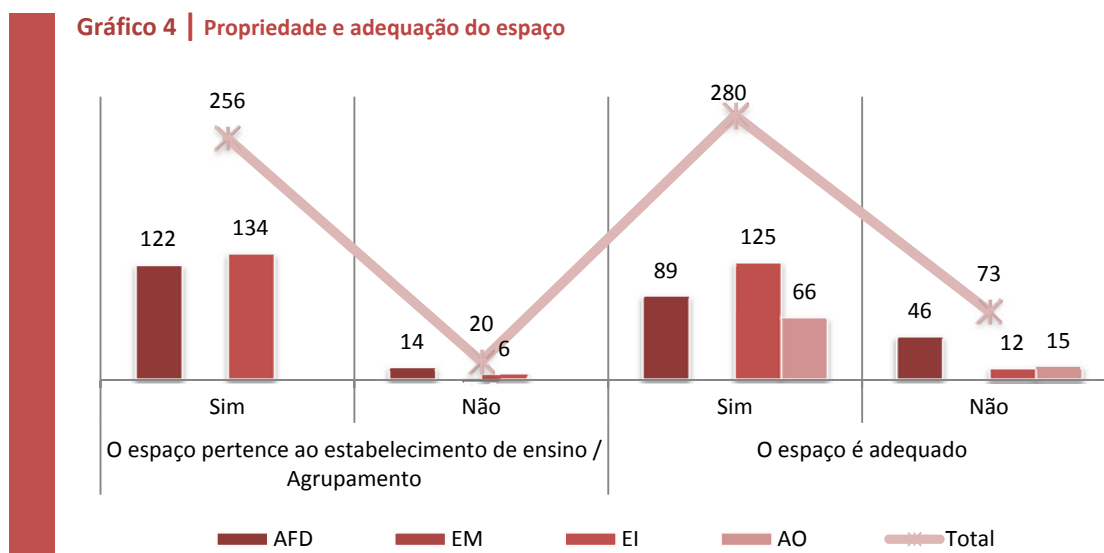
Recursos humanos

No que se refere aos recursos humanos afetos a estas atividades registou-se uma predominância de técnicos detentores de licenciatura. É, no entanto, de salientar que, nalguns casos, as habilitações académicas não são convergentes com a atividade que ministram. Assim, ao olharmos para as habilitações profissionais destes técnicos verificamos que, nas duas atividades cujo perfil prevê a possibilidade de contratar profissionais com currículo relevante, se verifica uma elevada percentagem de profissionais nestas circunstâncias (Ensino da Música – 28%; Ensino de Inglês – 23,4%). Importa, ainda, referir que em média 91,6% destes profissionais são detentores de experiência pedagógica anterior nomeadamente no âmbito das AEC.

Os técnicos têm o seu horário distribuído numa escola ou em mais do que uma escola do mesmo agrupamento. É no ensino da música que se verifica a maior percentagem de técnicos a prestar serviço em escolas de agrupamentos diferentes o que pode ser explicado pelas dificuldades existentes na contratação de técnicos com o perfil requerido para esta atividade.

Recursos físicos e materiais

Analisando a informação referente aos recursos físicos utilizados verifica-se que, maioritariamente, os espaços são pertença do agrupamento e considerados adequados para o desenvolvimento da atividade. A Atividade Física e Desportiva regista a menor adequação dos espaços sendo também aqui que se observa o recurso a espaços diferenciados. As restantes atividades decorrem quase integralmente no espaço da sala de aula, o que pode contrariar o caráter lúdico destas atividades conferindo-lhe um formato mais próximo do período curricular.

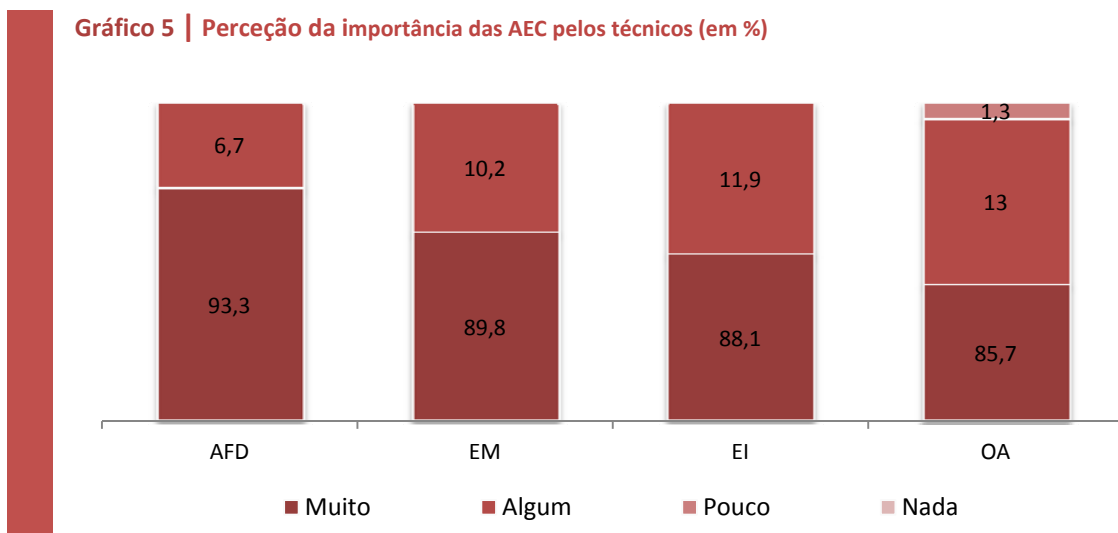


Componente pedagógica

O conhecimento das Orientações Programáticas e o reconhecimento da importância das mesmas para a prática pedagógica é um aspeto que merece destaque e espelha o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos. Merece, ainda, realce o facto das Orientações Programáticas serem o documento mais utilizado pelos técnicos de AFD, Ensino da Música e Ensino do Inglês seguido dos programas das áreas curriculares disciplinares do 1º ciclo do ensino básico (Expressão e Educação: Físico-Motora, Musical) e do projeto curricular de turma (Ensino do Inglês). Também no que concerne a “Outra atividade” se verifica uma forte incidência na utilização do Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais como documento orientador das práticas. Esta apropriação, embora desejável, deve ser objeto de acompanhamento por parte das estruturas do agrupamento para garantir uma efetiva complementaridade ao currículo e a articulação com o trabalho desenvolvido pelo PTT, acautelando a possibilidade destas atividades serem encaradas como substitutas das áreas curriculares disciplinares.

As atividades e experiências de aprendizagem desenvolvidas têm especial incidência nos exercícios / jogos em grupo potenciando a aquisição de conhecimento e competências académicas e sociais.

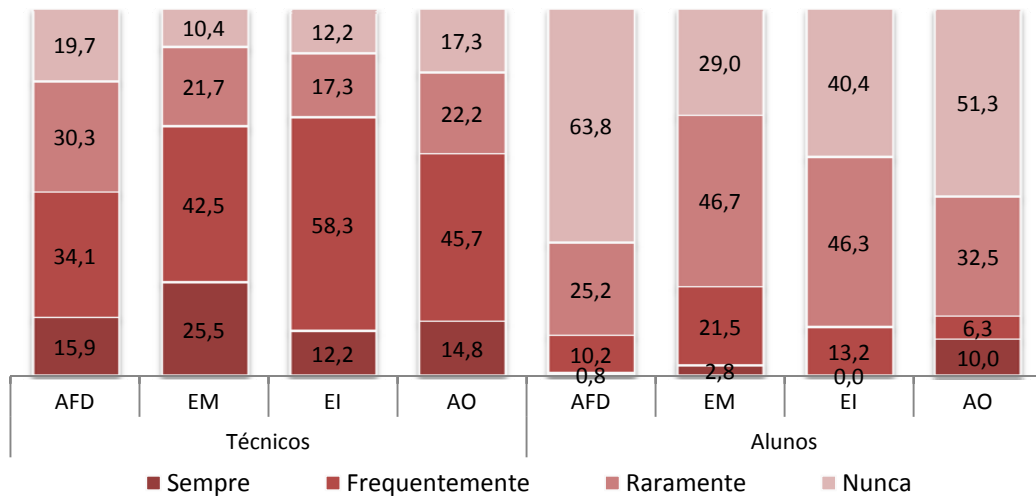
Gráfico 5 | Perceção da importância das AEC pelos técnicos (em %)



A perceção da utilidade das competências adquiridas no âmbito destas atividades, para o desenvolvimento global dos alunos, é outro fator a considerar e está na base da valorização feita pelos técnicos. É de salientar a baixa frequência das respostas “pouco” no Ensino do Inglês, Ensino da Música e AFD e de “nada” em todas as atividades.

As estratégias utilizadas para a dinamização das diferentes temáticas, nomeadamente o recurso às TIC apresenta variações face à atividade e ao utilizador (técnicos / alunos). Assim podemos observar que embora os técnicos recorram, com alguma regularidade, às TIC estas são ainda pouco exploradas no trabalho com os alunos, sendo um recurso que importa potenciar.

Gráfico 6 | Recurso às TIC por parte de técnicos e alunos (em %)



Verificou-se que o registo dos sumários é feito, maioritariamente, no livro de ponto da turma sendo, no entanto, significativa a percentagem de registos em livro próprio da(s) atividade(s). O registo dos sumários no livro de ponto da turma ou em livro de ponto da atividade (se acessível aos técnicos das AEC e ao PTT) pode ser um elemento facilitador da articulação / comunicação entre estes.

Dado o carácter facultativo das AEC, os resultados obtidos pelos alunos não têm uma implicação direta na avaliação das aprendizagens das áreas curriculares obrigatórias. Este facto não desvaloriza as capacidades adquiridas no âmbito das diferentes atividades, nem pressupõe um menor empenho no processo de avaliação, nomeadamente na seleção dos instrumentos/modos de avaliação, para permitir aos técnicos bem como aos encarregados de educação, acompanhar o progresso dos alunos. Assim, a identificação dos instrumentos de avaliação utilizados é particularmente significativa, tendo-se registado, em todas as atividades, uma predominância das grelhas de observação, seguidas do caderno do aluno (Ensino do Inglês e Ensino da Música) e das listas de verificação (AFD). Apesar da diversidade dos instrumentos utilizados é de salientar a reduzida utilização dos portefólios, instrumento que permite uma maior participação do aluno no processo, e a prevalência de instrumentos construídos pelo técnico e/ou entidade, os quais poderão apresentar uma estrutura mais genérica. Importa ainda aferir qual o contexto em que os instrumentos são utilizados - para acompanhar o progresso do aluno ao longo do período ou para, no final do mesmo, se proceder aos registos dos resultados obtidos (qualitativos e/ou quantitativos).

Ainda no que se refere à avaliação regista-se uma preocupação comum na divulgação das aprendizagens dos alunos aos professores titulares de turma e aos encarregados de educação. A divulgação das aprendizagens dos alunos aos professores titulares de turma tem maior incidência no final de cada período letivo sendo, no entanto, significativo o número de técnicos que declara fazê-lo com maior frequência. Esta interação pode também ser observada na forma de divulgação da avaliação pois, embora predomine o registo escrito, a comunicação oral apresenta valores muito elevados. Já no que concerne à divulgação das aprendizagens aos encarregados de educação predomina a informação de final de período letivo, feita em registo escrito e através do professor titular de turma. Verificou-se que a partilha de informação ao longo do período letivo não é uma prática estabelecida.

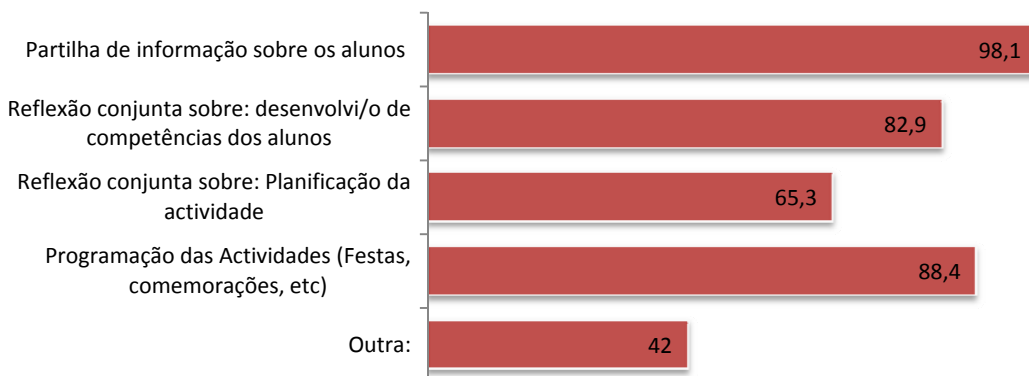
Articulação pedagógica e curricular

Considerando que a seleção das atividades de enriquecimento curricular deve ser feita em função do Projeto Educativo do Agrupamento e que as mesmas são complementares ao currículo e devem contribuir para o desenvolvimento global dos alunos, a sua articulação com as atividades curriculares reveste-se de particular importância.

Articulação Horizontal

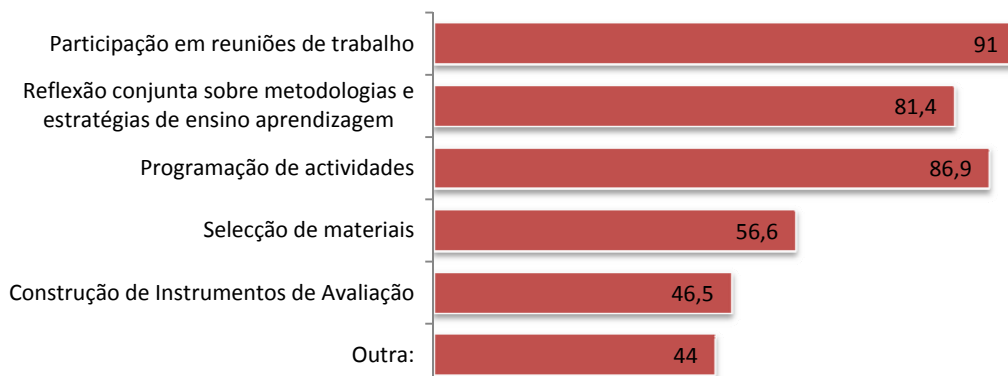
No âmbito da articulação horizontal dois aspetos merecem particular atenção: a articulação dos técnicos das AEC com o PTT e a articulação entre técnicos. Observando os dados verifica-se que a articulação com o PTT começa a ser uma prática instituída, nomeadamente através da “partilha de informação sobre os alunos”, da “programação das atividades (festas, comemorações, etc.)” e da “reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos”. É no parâmetro “reflexão conjunta sobre a planificação da atividade” que se verificam os valores mais baixos.

Gráfico 7 | Articulação com o PTT (em %)



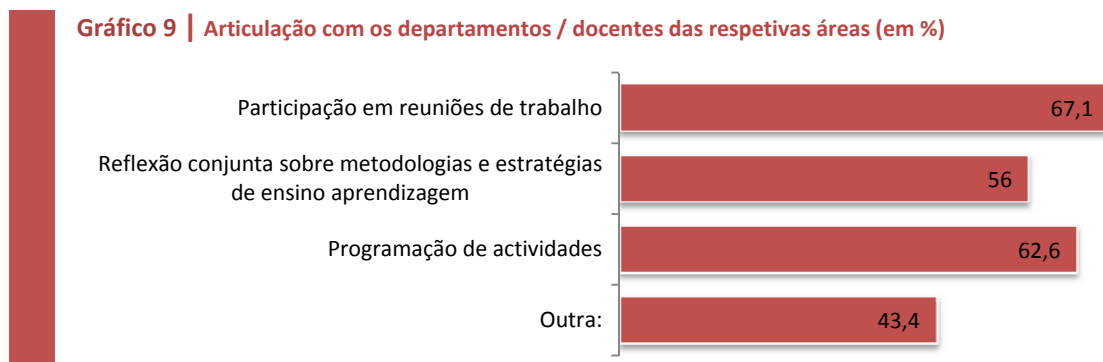
Também no que se reporta à articulação entre técnicos das AEC se verifica que, apesar da mobilidade destes profissionais, se registam valores muito elevados na “participação em reuniões de trabalho”, na “programação das atividades” e na “reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino / aprendizagem”. Embora no parâmetro “construção dos instrumentos de avaliação” os valores não sejam muito elevados regista-se, também aqui, a preocupação crescente com o impacto das atividades.

Gráfico 8 | Articulação entre técnicos das AEC (em %)



Articulação Vertical

A articulação dos técnicos das AEC com os docentes do agrupamento dos respetivos departamentos curriculares é um fator fundamental para a implementação do programa e para garantir a sequencialidade das aprendizagens potenciando os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos.



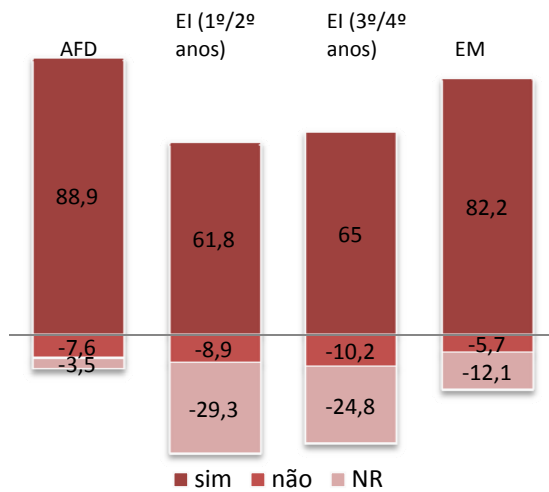
Este é, no entanto, um aspeto que se tem revelado de difícil implementação ao que não serão alheios, entre outros, os condicionalismos espaço-temporais. Começam, no entanto, a registar-se alguns sinais de uma articulação mais consistente e visível. O assumir das AEC pelas estruturas do agrupamento e a criação de condições que permitam aos técnicos uma participação mais ativa são fatores fundamentais para a superação das dificuldades verificadas neste âmbito.

Supervisão pedagógica

A supervisão pedagógica das AEC bem como o acompanhamento da execução das atividades é, de acordo com o disposto no n.º 31 do Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio, da competência do professor titular de turma.

Para a boa consecução do processo de supervisão e acompanhamento das AEC o PTT deve definir os mecanismos de acompanhamento, monitorização e supervisão bem como as formas de articulação curricular e organizacional que melhor se adequam. Dois aspetos revestem-se, no entanto, de particular importância: o envolvimento dos órgãos do agrupamento e o conhecimento das Orientações Programáticas para as diferentes atividades. Assim é particularmente significativo o facto de 90,4% dos professores titulares de turma referir ter recebido orientações do conselho pedagógico para o exercício de supervisão das AEC e 83,1% assinalar terem as questões relacionadas com a supervisão das AEC sido discutidas em conselho de docentes o que espelha o envolvimento dos órgãos do agrupamento. Estes números, conjuntamente com a informação recolhida no questionário ao diretor do agrupamento indiciam uma melhor integração destas atividades nos agrupamentos/escolas, o que permitirá uma maior adequação das atividades a cada agrupamento/escola.

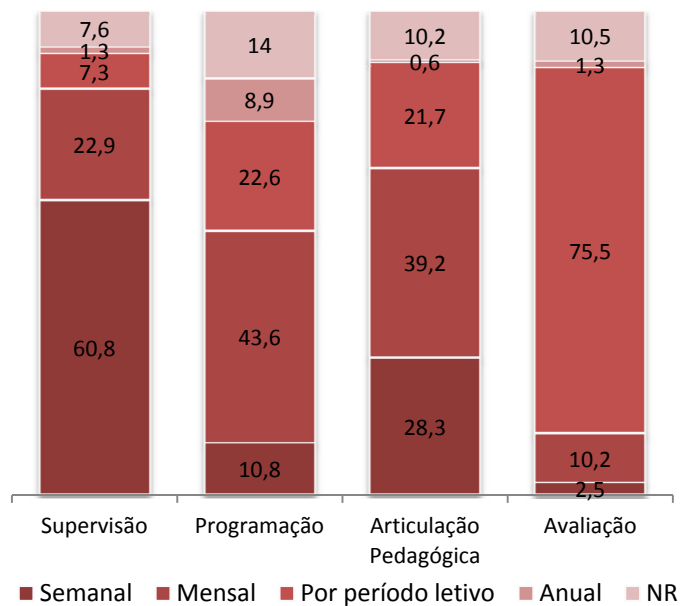
Gráfico 10 | Conhecimento das OP por parte dos PTT (em %)



Esta integração não se fez, no entanto, acompanhar de um conhecimento das orientações programáticas das diferentes atividades, por parte dos PTT, nomeadamente no que ao Inglês diz respeito, o que é preocupante pois esta atividade é de oferta obrigatória. Este desconhecimento pode condicionar e mesmo enviar o processo de supervisão e acompanhamento das AEC.

No âmbito do acompanhamento e supervisão das AEC são diferenciados não só os mecanismos e formas de atuação como também a sua periodicidade. Assim, verifica-se que os PTT fazem a supervisão e o acompanhamento das atividades de uma forma sistemática (semanal / mensal). Apesar do esforço desenvolvido é ainda significativa a percentagem de “não resposta (NR)”.

Gráfico 11 | Periodicidade no acompanhamento das AEC (em %)



A supervisão das atividades assenta, fundamentalmente, na observação das atividades e na realização de reuniões de trabalho (>50%) mas a elaboração de relatórios intermédios apresenta também valores significativos (>30% no caso do Inglês e >26% para a AFD e Ensino da Música). Apesar de ainda não constituir uma prática é de registar a percentagem de PTT que refere proceder à auscultação (entrevista/questionário) dos alunos, dos pais e dos técnicos (embora menor neste último caso).

No que se refere à articulação pedagógica com os técnicos predomina a “partilha de informação sobre os alunos”, a “reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos” e a “reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino aprendizagem”.

O trabalho desenvolvido com os técnicos das AEC tem por base os encontros informais e a partilha de documentos relacionados com a programação das atividades. Começa, no entanto, a verificar-se a participação dos técnicos num registo mais formal, nomeadamente através de reuniões por convocatória.

A elaboração de um relatório global e/ou de relatórios específicos para cada atividade bem como a transmissão da avaliação aos pais/encarregados de educação, em reunião de avaliação em que as AEC são um dos assuntos abordados, traduz a preocupação com a avaliação das atividades.

Apreciação Global dos PTT e Técnicos

Os inquiridos (PTT e técnicos das atividades) consideram que as atividades de enriquecimento curricular potenciam o aumento / mudança nos conhecimentos dos alunos, em áreas diversificadas, bem como de uma maior igualdade de oportunidades. As interações criadas pelas AEC são facilitadoras da transição para o 2º ciclo do ensino básico. O incremento da relação entre o professor titular de turma e os técnicos repercute-se na relação aluno/técnico, na articulação com os encarregados de educação mas também num enriquecimento da prática pedagógica dos próprios PTT. Também a articulação com os departamentos é potenciadora de uma melhoria das práticas dos técnicos e confere às atividades uma “autenticação” perante a comunidade educativa.

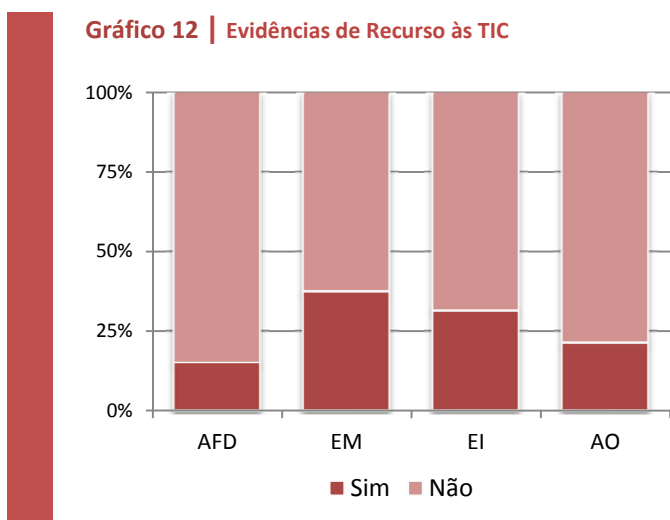
A figura do coordenador das AEC, quando existe, é vista como uma mais-valia por PTT e técnicos.

Observação das atividades

A observação direta das diferentes atividades por parte dos peritos, indicados pelas Associações Profissionais e/ou Direções Regionais de Educação, reveste-se de especial interesse pois permite aferir parâmetros específicos de cada atividade.

Dados da Observação

Para conhecer o desenvolvimento das diferentes atividades, os peritos, no momento da visita, observam os documentos e materiais utilizados no desenvolvimento das atividades e procedem ao seu registo tendo por base uma lista previamente definida. Assim, dos documentos observados, verificou-se uma maior incidência no registo de sumários, na planificação das atividades e no dossiê do técnico e do aluno. Os materiais utilizados são diversificados sendo, no entanto, de salientar que, no caso da AFD, predominam os materiais de menores dimensões / fácil transporte.

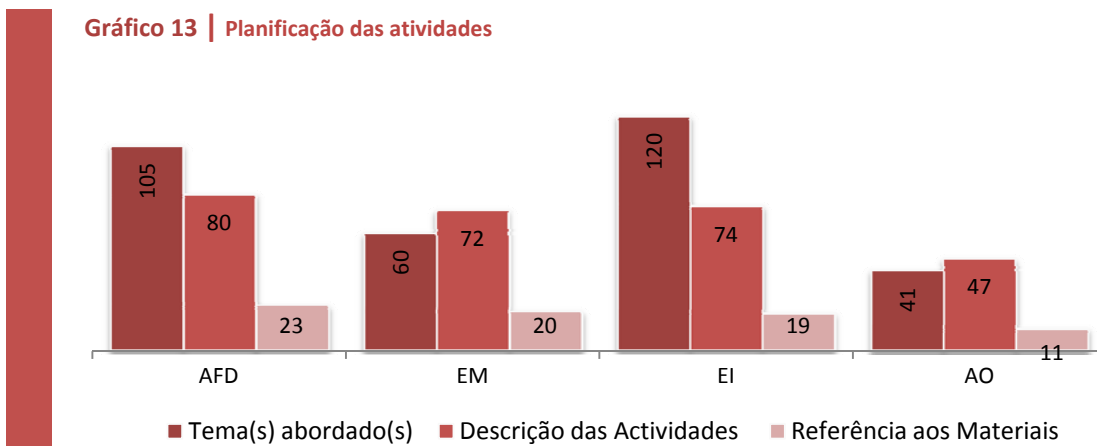


Outro item a considerar são as evidências do recurso às TIC. Da observação dos peritos é possível constatar que estas são mais significativas no Ensino da Música e no Ensino do Inglês embora numa percentagem inferior a 40%. Estes dados não vão no sentido da informação prestada pelos técnicos das diferentes atividades que apontavam para um maior recurso às TIC.

No que diz respeito às planificações observadas o primeiro aspeto a ter em consideração é a sua adequação face às respetivas orientação programáticas. É de salientar que, embora os técnicos das diferentes atividades tenham reconhecido a importância destes documentos para a sua prática pedagógica, as planificações observadas só parcialmente espelham esse entendimento, se atendermos ao facto de, em média, 83% das planificações observadas estar de acordo com as Orientações Programáticas.

A planificação do Ensino do Inglês tem como base o período letivo e o mês (o mesmo acontecendo com “outra atividade), já no que concerne AFD e ao Ensino da Música verifica-se que a planificação é, maioritariamente, semanal.

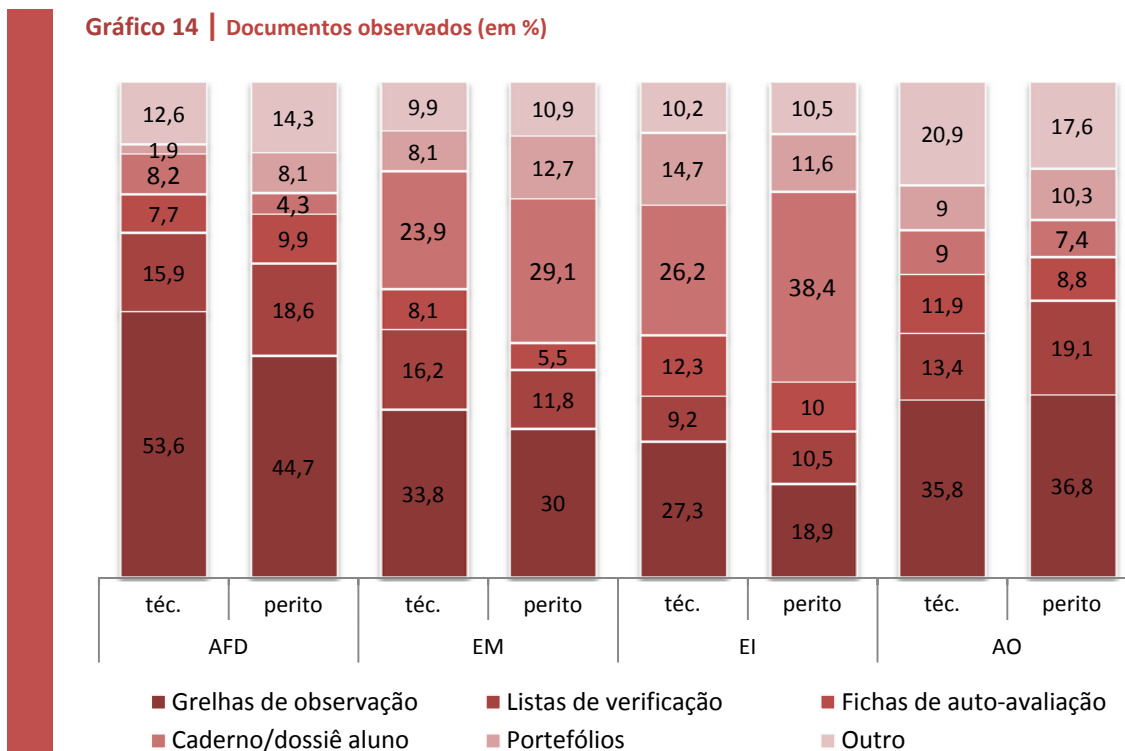
Gráfico 13 | Planificação das atividades



Da observação do registo de sumários é de salientar que na AFD e no Ensino do Inglês se verifica uma maior frequência no registo dos temas abordados. Já no Ensino da Música e de “Outra Atividade” é, maioritariamente, registada uma descrição das atividades.

No que se refere aos instrumentos de avaliação regista-se um ligeiro desfasamento entre as respostas nos questionários aos técnicos e a observação dos peritos, particularmente no que se refere ao Ensino do Inglês e à AFD.

Gráfico 14 | Documentos observados (em %)

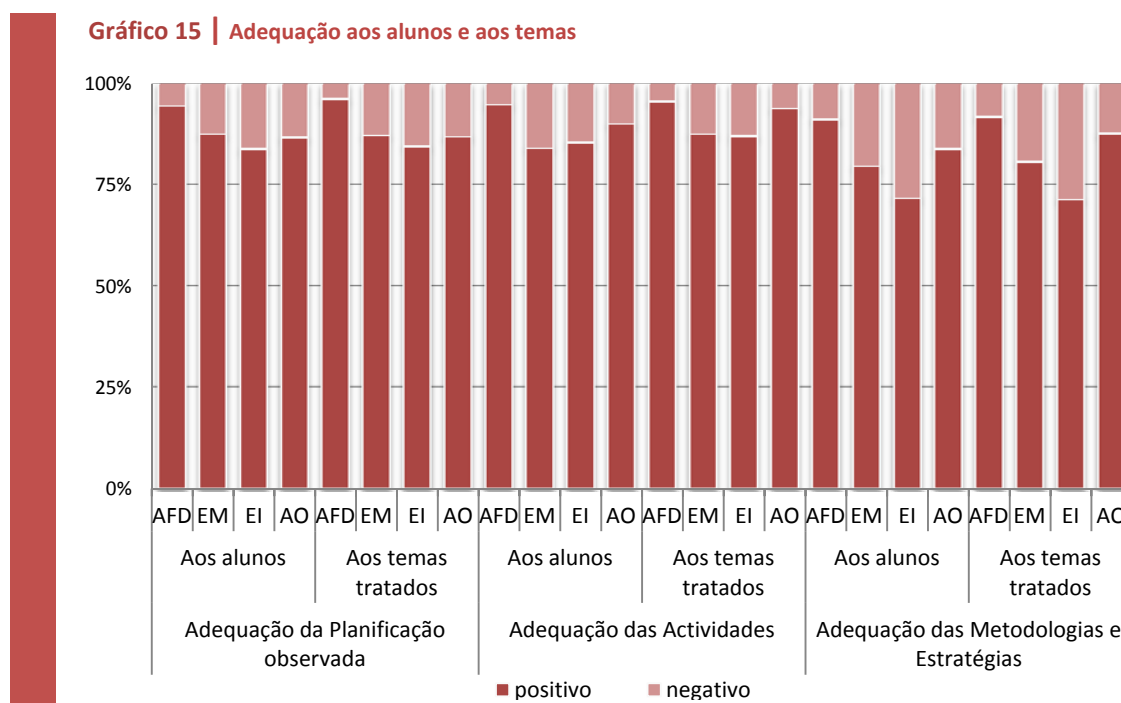


O conceito e os critérios de seleção dos instrumentos de avaliação não se encontram devidamente clarificados sendo necessária, no âmbito da CAP, alguma reflexão sobre estas matérias. Importa, ainda, reiterar o caráter formativo deste processo de avaliação para permitir uma escolha mais ajustada dos instrumentos a utilizar.

Apreciação das Atividades

No âmbito das visitas de acompanhamento os peritos procuram, através da observação da atividades, do contacto com os técnicos, os alunos e restantes elementos da comunidade educativa, aferir da adequação da planificação, das atividades e das estratégias aos alunos e aos temas tratados bem como da adequação, qualidade e quantidade dos materiais usados. De uma forma muito genérica podemos considerar que, apesar de alguns condicionalismos, os peritos consideram as planificações e as atividades “muito adequadas”/”adequadas” (> 80%) sendo o Ensino do Inglês a atividade que apresenta maiores dificuldades.

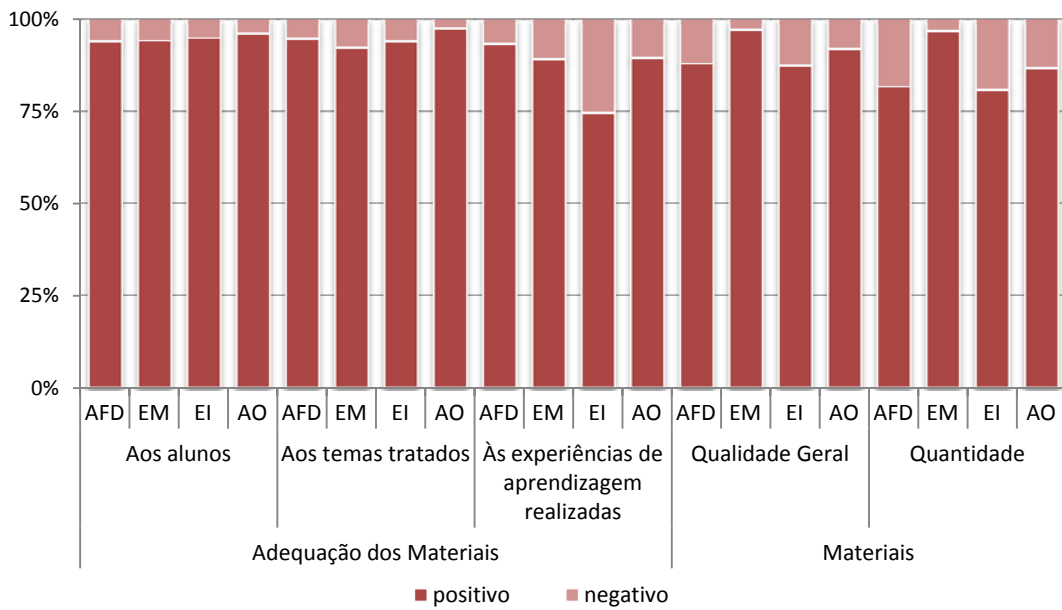
A maior fragilidade continua a verificar-se na adequação das metodologias e estratégias, particularmente no Ensino do Inglês, que apresenta uma percentagem mais elevada de registos “pouco adequado”/”nada adequado”.



No que se refere aos materiais é de salientar os elevados valores registados (>80%) na adequação dos mesmos aos alunos, aos temas tratados e às experiências de aprendizagem realizadas embora, menos acentuados, neste último item, particularmente no âmbito do Ensino do Inglês (~75%).

Merece, ainda, destaque a percentagem de registos adequados/muito adequados observados nos itens qualidade e quantidade dos materiais mormente no que concerne ao Ensino da Música e que espelha o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelos diferentes intervenientes no processo.

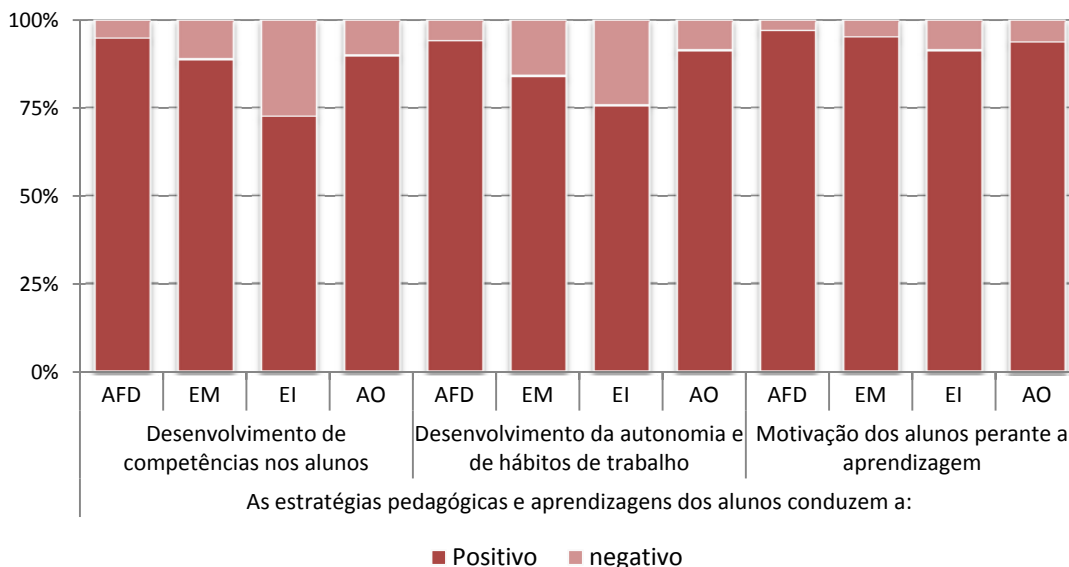
Gráfico 16 | Adequação dos materiais, sua qualidade e quantidade



Em face da observação dos peritos urge compreender as fragilidades identificadas, nomeadamente no que respeita ao Ensino do Inglês (adequação do perfil dos técnicos, preparação/formação para trabalhar com este escalão etário, carácter mais lúdico destas atividades, ...), de forma a agir no sentido de as minimizar (reuniões de trabalho com os departamentos curriculares, acções de formação, etc.).

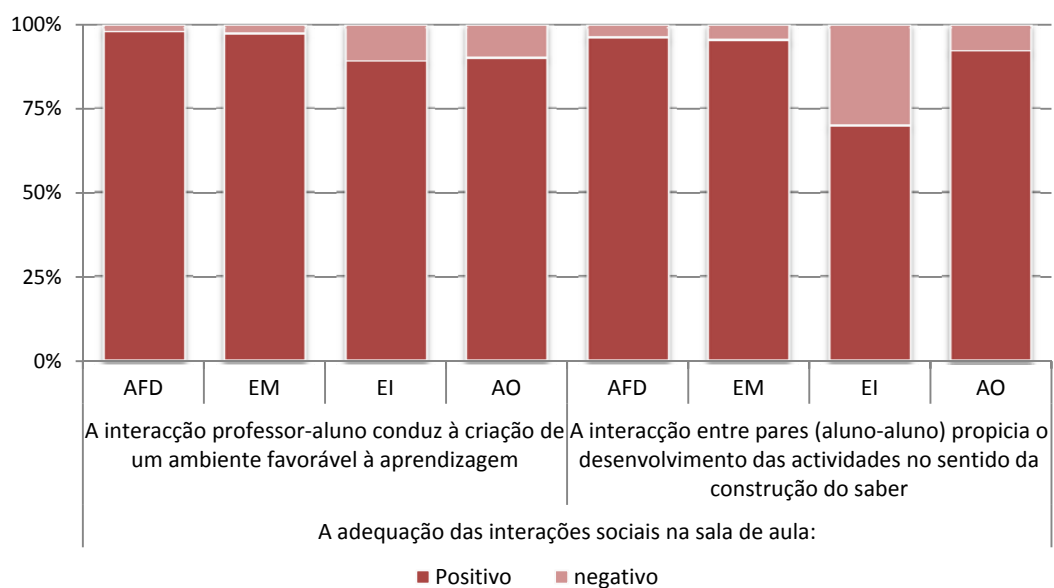
A apreciação dos peritos quanto às aprendizagens dos alunos permite afirmar que a motivação é o fator mais relevante. Já no que respeita ao desenvolvimento de competências e ao desenvolvimento da autonomia e de hábitos de trabalho a observação dos peritos das diferentes atividades, embora francamente positiva, não regista valores tão elevados nas observações “muito/razoavelmente”. Esta descida é mais significativa no Ensino do Inglês onde se verificam os valores mais baixos (≈75%) de registos “pouco/nada”.

Gráfico 17 | Estratégias adotadas conduzem a:



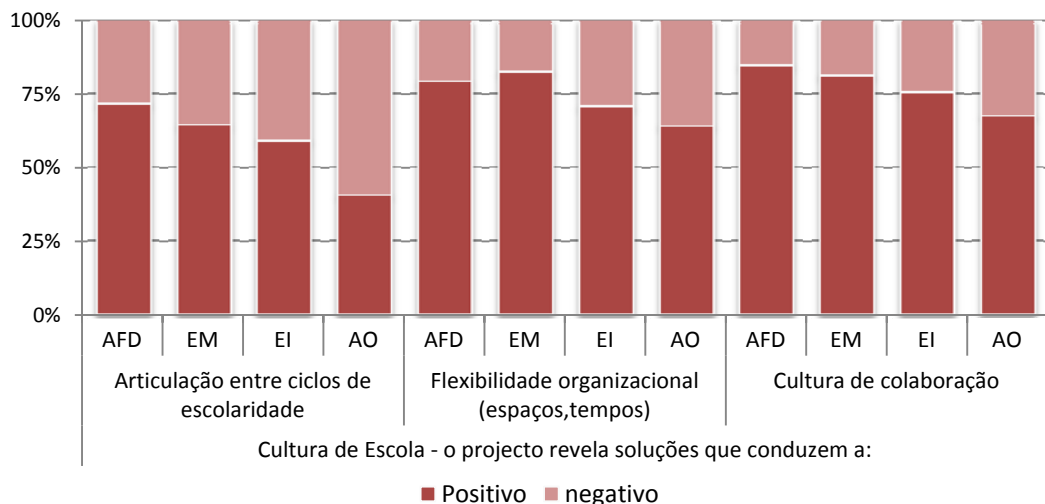
Também no que concerne à adequação das interações sociais na sala de aula os peritos fazem uma apreciação bastante positiva da interação professor/aluno e aluno-aluno, no entanto os registos das observações no âmbito do Ensino do Inglês são significativamente menos positivos do que nas restantes atividades, nomeadamente na interação aluno-aluno. Embora em 2009/2010 o ensino do inglês já tenha registado maior percentagem de observações discordantes por comparação com as restantes atividades, a avaliação das interações professor-aluno e aluno-aluno era mais aproximada. Em 2010/2011 registou-se uma melhoria na interação professor-aluno por oposição a um acentuado aumento dos registos de “negativos” na interação aluno-aluno.

Gráfico 18 | Adequação das interações na sala de aula:



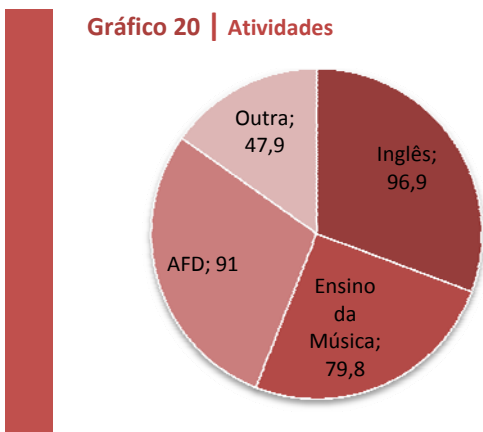
O trabalho desenvolvido no sentido de fomentar uma maior articulação entre ciclos começa a ter alguma visibilidade, como se verifica pela apreciação feita pelos peritos. Se, por um lado, esta indicia as dificuldades sentidas pelos diferentes intervenientes, por outro lado, também reflete a evolução que, paulatinamente, se tem vindo a fazer nas nossas escolas.

Gráfico 19 | Cultura de Escola



Opinião dos Pais

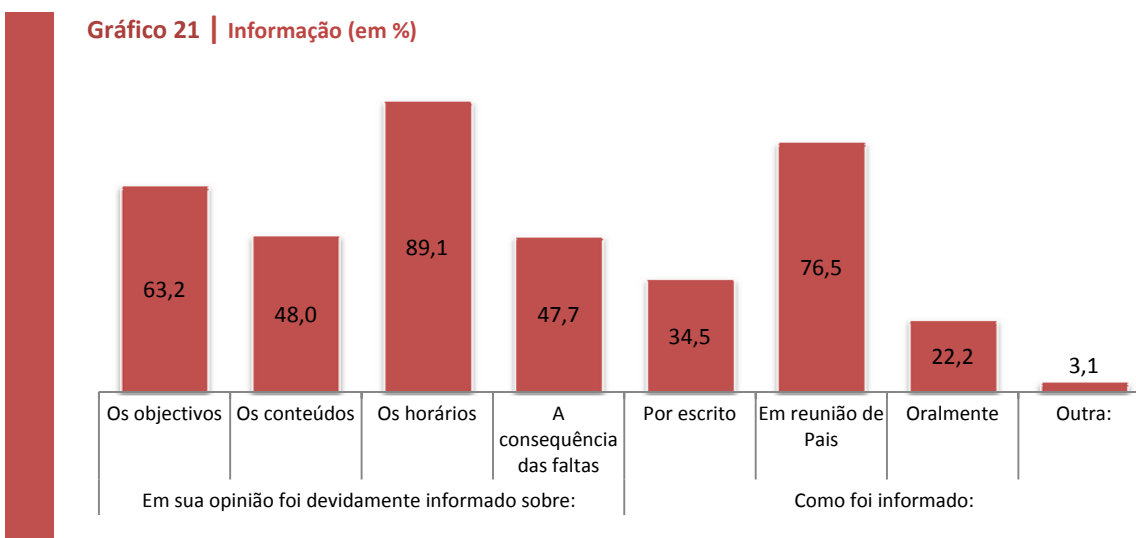
O questionário dirigido aos pais foi lançado pela primeira vez este ano letivo no sentido de perceber em que medida estes estão informados, se identificam com esta oferta e avaliam o seu impacto das AEC junto dos seus educandos



Dos dados recolhidos e sistematizados no questionário ao encarregado de educação contata-se que, maioritariamente, os encarregados de educação optam por inscrever os seus educandos em todas as atividades oferecidas.

É também de salientar que, embora ainda incipiente nalgumas áreas, a informação já começa a chegar aos encarregados de educação. Este aspeto era apontado como um dos fatores inibidores de um maior envolvimento dos encarregados de educação nas AEC e, conseqüentemente, de uma integração plena do programa na comunidade. O resultado dos questionários põe em evidência:

- 1) o carácter formal da transmissão da informação;
- 2) o teor da informação – não só dos horários das atividades mas também dos seus objetivos (embora menos significativo neste último item).

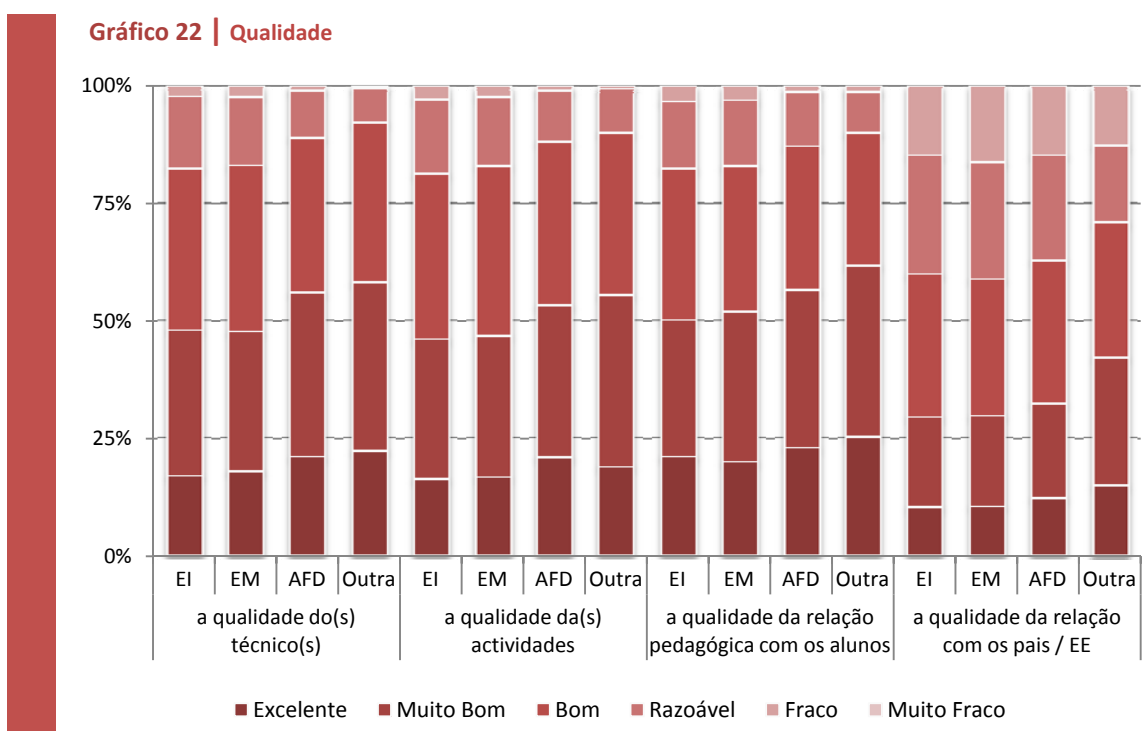


No entanto fica também patente o desconhecimento dos encarregados de educação no que se refere às regras de assiduidade dos seus educandos nas AEC. É, pois, necessário informar os encarregados de educação das regras e procedimentos nesta matéria para evitar oscilações ao longo do ano e permitir o desenvolvimento pleno das atividades.

Em média só 56% dos pais/encarregados de educação inquiridos conhece os técnicos contactando-os, principalmente, no final dos períodos letivos. O conhecimento das aprendizagens é transmitido, maioritariamente, pelo PTT através das fichas de avaliação entregues no final do período letivo sendo ainda incipiente a realização de reuniões conjuntas (PTT e técnicos das AEC).

Procurou-se ainda saber qual a avaliação que os pais/encarregados de educação fazem das diferentes atividades, e do seu impacto, tendo por base um conjunto de indicadores e uma escala de qualificação previamente definidos e comuns a todas as atividades.

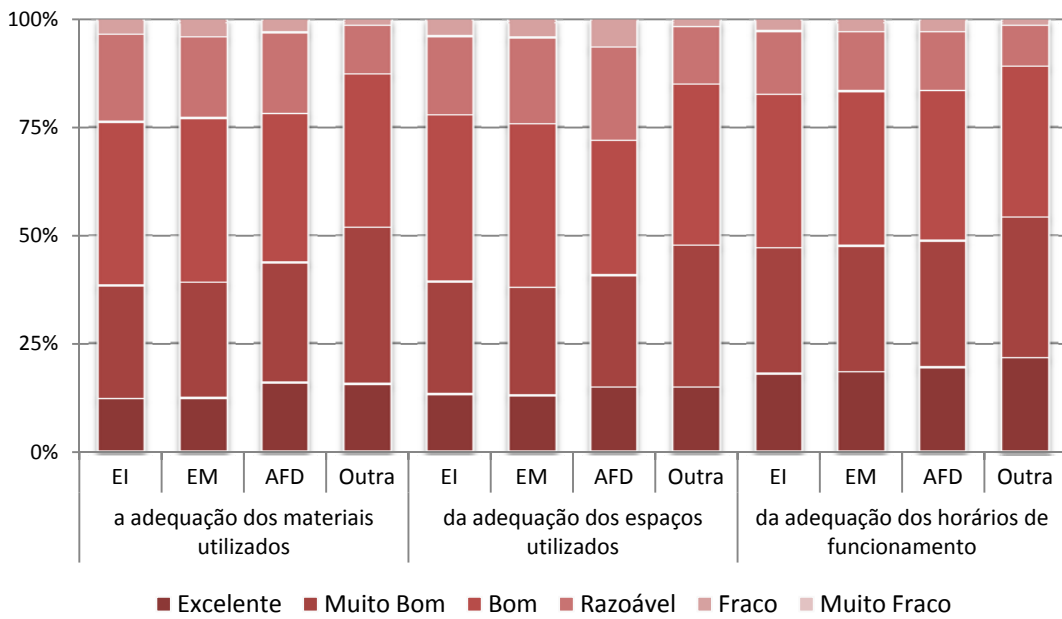
Do resultado desta inquirição importa salientar, no que se refere à qualidade das atividades, a apreciação muito positiva feita pelos pais/encarregados de educação nos diferentes parâmetros inquiridos (qualidade dos técnicos, das atividades, da relação pedagógica com os alunos e da relação com os pais/EE) sendo, no entanto, ligeiramente menos elevada no Ensino do Inglês e no Ensino da Música.



Mesmo no parâmetro da “qualidade da relação com os pais e encarregados de educação” a apreciação é muito positiva embora seja nesta variável que os inquiridos atribuíram as pontuações menos elevadas em todas as atividades.

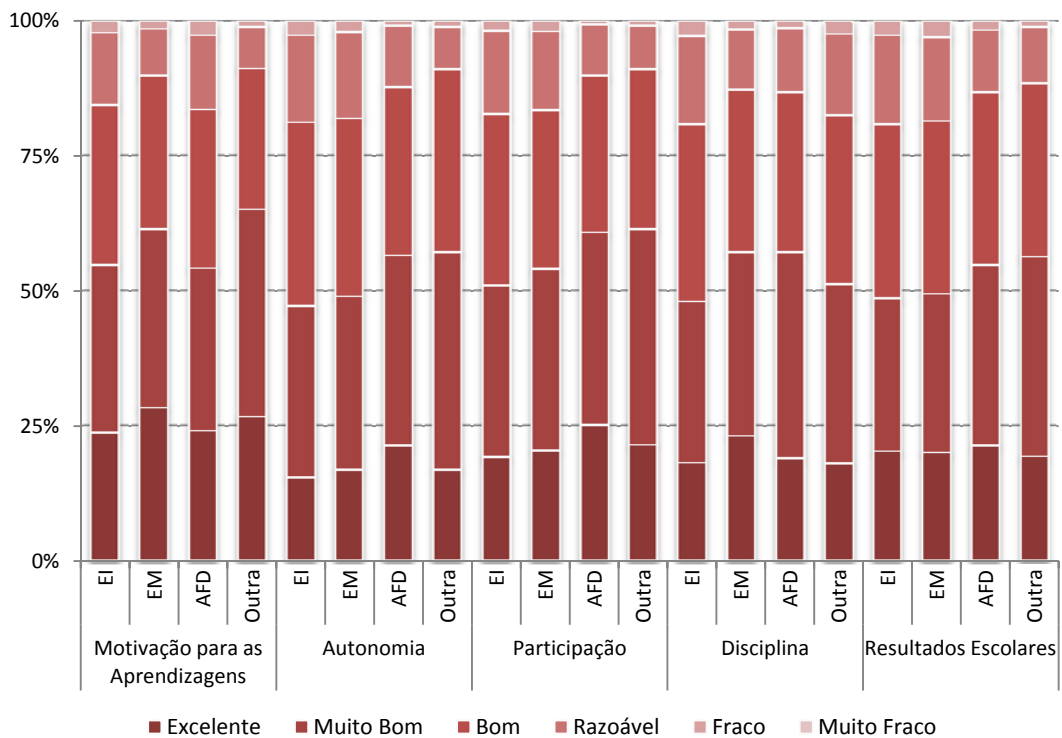
Já quanto à adequação dos materiais, dos espaços e dos horários de funcionamento das atividades os inquiridos atribuíram pontuações muito elevadas a todos os parâmetros, embora, no caso dos materiais e dos espaços utilizados a incidência de “razoável” e “fraco” tenha tido maior expressividade. Esta opinião vem corroborar a ideia de que, apesar do investimento feito pelos diferentes intervenientes, ainda se verificam carências que importa suprir.

Gráfico 23 | Adequação



No que se refere à percepção que os pais/encarregados de educação têm do impacto destas atividades nas áreas do conhecimento e das capacidades, a classificação atribuída, em cada um dos parâmetros, a todas as atividades, vem reforçar a ideia já expressa noutros documentos de que este programa, apesar dos condicionalismos, é uma mais-valia para os alunos.

Gráfico 24 | Impacto



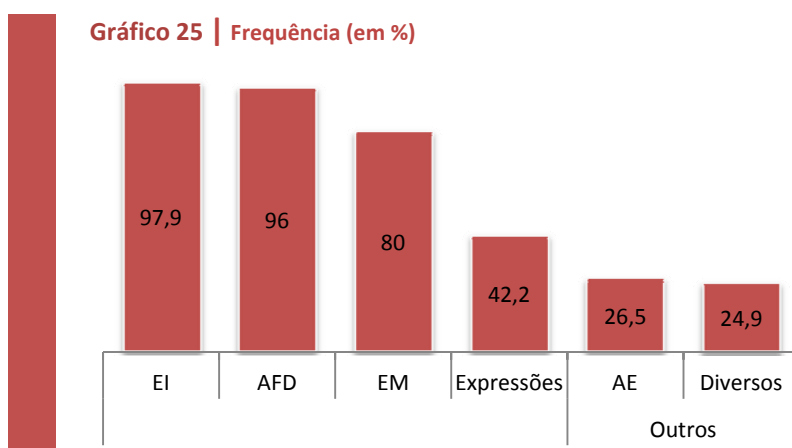
Como aspetos positivos os pais salientam, entre outros, a ocupação dos alunos, a aquisição de conhecimentos e aptidões em áreas diferenciadas, o desenvolvimento das suas potencialidades (autonomia, comportamentos / disciplina, competências sociais, confiança / autoestima) e a preparação da transição para o 2º ciclo.

Como aspetos que necessitam de ser melhorados surgem o défice de informação (no início e durante todo o ano letivo), a baixa interação com os técnicos das AEC, a não adequação das instalações e materiais para o desenvolvimento das atividades (nomeadamente no caso da AFD), a distribuição da carga horária, a diversificação e a ludicidade das atividades.

Opinião dos alunos

Com o questionário aos alunos dos 2º, 3º e 4º anos de escolaridade, procurámos identificar:

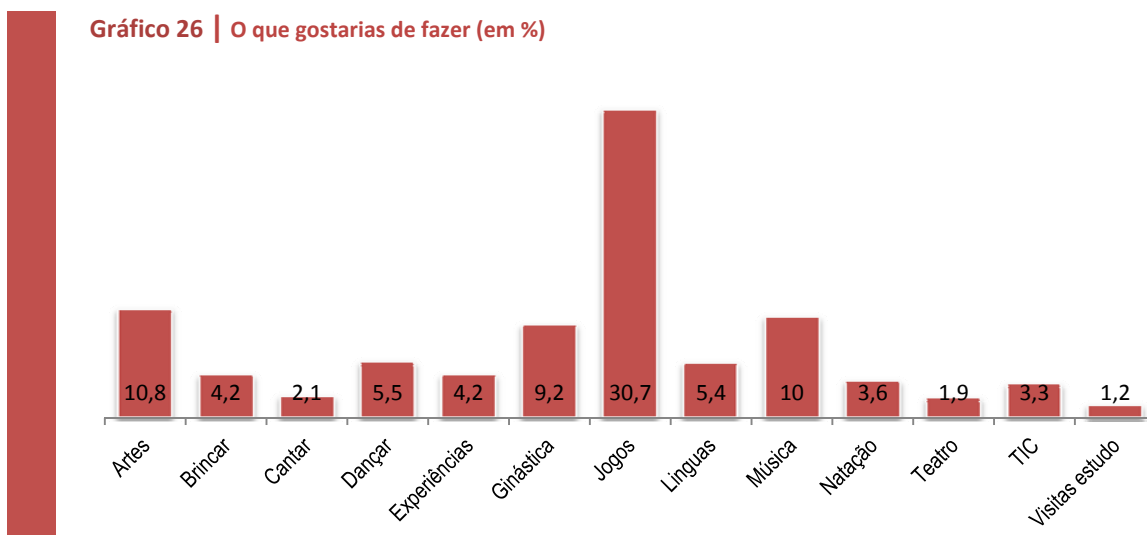
- 1) As Atividades de Enriquecimento Curricular que frequentavam (Ensino do Inglês, Ensino da Música, AFD, Expressões e Outras pedindo-se, neste último caso, que dissessem qual(is) a(s) atividade(s)).
- 2) O que os alunos gostam mais de fazer em cada uma das atividades
- 3) O que os alunos gostam menos de fazer em cada uma das atividades
- 4) Outros aspetos que estes gostariam de aprender/trabalhar, incluindo novas atividades a desenvolver.



Foram inquiridos um total de 1166 alunos. Da análise do primeiro item do questionário salienta-se a elevada percentagem de alunos que indicam frequentar “Outra Atividade” tendo-se verificado que existe uma grande diversidade de oferta. Neste âmbito merece

especial destaque a frequência do “Apoio ao Estudo” mas também atividades tão variáveis como “TIC”, “Ciências experimentais”, “Matemática” e “Xadrez” entre outras

Do resultado destes inquéritos salienta-se o gosto e a motivação gerados pelas metodologias e estratégias de carácter mais lúdico e interativo/dinâmico por oposição a práticas de cariz mais curricular. Esta opinião consubstancia-se quando analisamos o que os alunos gostariam de fazer, de forma mais aprofundada ou como uma nova oferta, no âmbito das AEC onde se evidenciam os jogos, as artes (expressão plástica) e a música, entre outros



Reflexões sobre as visitas de acompanhamento

Direções Regionais de Educação

As diferentes ações realizadas no âmbito das visitas de acompanhamento têm um carácter eminentemente pedagógico e formativo. Estes momentos são particularmente importantes pois permitem o contacto direto com os diversos intervenientes no processo, fomentando a partilha de ideias, a identificação de problemas e de soluções.

De seguida, apresentam-se alguns dos aspetos mais significativos dos relatórios produzidos pelas Direções Regionais de Educação. Esta síntese apenas pretende coligir e realçar os principais aspetos/conclusões resultantes destes momentos de reflexão e não reproduzir integralmente os documentos analisados.

Recursos físicos e materiais

Verificou-se que as atividades de enriquecimento curricular decorrem principalmente em espaços dos agrupamentos – sala de aula - sendo, maioritariamente, considerados adequados para a prática das atividades. Contudo, alguns destes espaços não potenciam o pleno desenvolvimento das atividades devido à sua dimensão, às condições de acústica, etc.. Por outro lado, o prolongado tempo de permanência dos alunos num mesmo espaço também pode originar alguns problemas nomeadamente a nível disciplinar. Verifica-se que ainda são pouco significativas as propostas que envolvam a rentabilização de outros espaços do agrupamento como bibliotecas, ludotecas, etc.

De referir que, embora se continuem a verificar dificuldades no que se refere às instalações para a AFD, elas têm vindo, paulatinamente, a ser minoradas com a deslocação das atividades para instalações da escola sede ou de outras entidades locais.

A construção dos novos centros educativos minorou algumas dificuldades nomeadamente ao nível das tecnologias de informação e comunicação mas não responde em pleno às dificuldades no âmbito da AFD, pois muitos destes centros não estão devidamente apetrechados nesta área.

Já no que se refere aos materiais salienta-se o esforço feito pelas Entidades Promotoras que, ao longo dos últimos anos, foram adquirindo material para apoio às AEC, nomeadamente kit's para AFD e Ensino da Música. É também de referir que, apesar da articulação entre as entidades promotoras e os agrupamentos, tendo em vista suprir as necessidades ao nível dos materiais de desgaste, se continuam a fazer sentir carências nesta matéria (particularmente ao nível das expressões).

Horários de Funcionamento

De registar a opção pela flexibilização dos horários como estratégia facilitadora da gestão dos recursos humanos pois permite a oferta de melhores horários sendo, por isso, um meio para fixar os profissionais e facilitar a sua integração. Esta solução não é, regra geral, bem aceite pelos professores titulares de turma que consideram que a mesma interfere no desempenho e rendimento escolar dos alunos, sendo

esta posição partilhada por alguns pais e encarregados de educação. Foram no entanto sinalizadas nas DRE, nomeadamente na DRE Alentejo, situações em que o recurso à flexibilização surgiu como resposta às necessidades dos encarregados de educação.

Algumas escolas, adotaram uma estratégia diferenciada, recorrendo à concentração de dois tempos numa tarde (*Tardes Temáticas*) as quais aparecem como uma solução para minimizar o problema da deslocação dos técnicos de uma escola para outra, colmata a falta de Auxiliares de Acção Educativa (AAE) e, em algumas situações, é benéfica para o desenvolvimento da planificação de algumas AEC.

De salientar que se verificou uma maior preocupação dos agrupamentos em dar cumprimento ao Despacho no que se reporta à salvaguarda do tempo diário de interrupção das atividades e de recreio permitindo aos alunos melhores condições para lancharem e brincarem.

Constituição de Turmas

No que se refere à constituição de turmas mantém-se, na generalidade, a turma de origem. No entanto, sempre que necessário, procedeu-se à junção de turmas de anos diferentes. Esta associação de diferentes anos de escolaridade numa mesma turma é, muitas vezes, apontada como um constrangimento à prossecução das diferentes AEC.

Recursos humanos

O recrutamento de técnicos com o perfil preconizado para o desenvolvimento das diferentes atividades continua a apresentar muitas dificuldades nomeadamente no que concerne ao Ensino do Inglês comprometendo, assim, a obrigatoriedade de oferta desta atividade. A grande mobilidade destes profissionais é outro fator de instabilidade pois as entidades têm dificuldade na substituição atempada dos técnicos, com todos os constrangimentos daí decorrentes. Esta situação coloca também dificuldades acrescidas aos agrupamentos que nem sempre conseguem, em tempo útil, verificar as habilitações dos técnicos.

As dificuldades de recrutamento têm originado um aumento de situações de recurso a professores afetos aos agrupamentos, à flexibilização dos horários, com todos os constrangimentos que lhe são inerentes, bem como à contratação de técnicos com menor qualificação académica e profissional – aumento do recurso a técnicos com currículo relevante - ou mesmo com o perfil desadequado, o que coloca em causa a qualidade da oferta destas atividades, nomeadamente no ensino do inglês, que até aqui era reconhecida a este programa.

De salientar que sempre que a seleção e recrutamento dos técnicos foi feita em articulação com o agrupamento de escolas verificou-se uma maior adequação do seu perfil, tendo sido considerada a continuidade dos técnicos, o que é um fator de estabilidade potenciador da articulação horizontal e vertical.

Articulação entre parceiros

É de salientar a evolução verificada neste aspeto, particularmente, entre agrupamentos e autarquias. A experiência adquirida fomentou uma relação de colaboração e a realização de um trabalho conjunto que permite uma maior celeridade na identificação e resolução das diferentes situações problemáticas.

No entanto, sempre que esta articulação envolve outros parceiros, isto é, sempre que a entidade promotora adjudica a prestação de serviços no âmbito das AEC a outrem, o processo pode complexificar-se e dificultar a implementação dos mecanismos de acompanhamento e supervisão do programa.

Ainda no que diz respeito à articulação entre parceiros importa referir que os pais/encarregados de educação, embora mais informados e participativos, ainda estão pouco envolvidos no processo.

Articulação horizontal

A articulação entre os técnicos das AEC e os PTT é já uma prática instituída na maioria das escolas embora ainda não consolidada. Um dos fatores que dificulta a articulação é a mobilidade dos técnicos das AEC.

A articulação verifica-se já a diferentes níveis, nomeadamente na:

- troca de informação sobre os alunos – alunos com necessidades educativas especiais;
- informação sobre relação pedagógica com os alunos;
- informação sobre comportamento dos alunos em contexto de sala de aula – programação conjunta das atividades;
- partilha de materiais.

É já identificável nas planificações um carácter de complementaridade das atividades face aos temas previstos nos currículos dos alunos.

A presença dos técnicos nas reuniões de Coordenadores dos Professores Titulares de Turma é também exemplificativa do esforço de articulação. Não obstante, é referido que esta prática está muito dependente do pagamento das horas aos técnicos que participam nestas reuniões, o que nem sempre acontece.

Articulação vertical

A articulação vertical com o 2º ciclo é, ainda, muito incipiente. A implementação desta prática é particularmente difícil pois ela também não se encontra instituída ao nível das áreas curriculares. Aparentemente, no entanto, regista-se que se começa a reconhecer a importância desta articulação como um dos aspetos facilitadores da transição entre ciclos. A dificuldade de conciliação de horários e o não pagamento de horas aos técnicos das AEC condicionam o processo.

As dificuldades de articulação (horizontal e vertical) são, por vezes, ultrapassadas com recurso aos meios informáticos e/ou com a designação, por parte da entidade promotora/parceira, de um coordenador das AEC. A existência de um coordenador é também uma mais-valia na relação entre os diferentes técnicos e entre estes e a entidade promotora/parceira.

Supervisão Pedagógica

A supervisão pedagógica difere de agrupamento para agrupamento assumindo a sua implementação um carácter mais ou menos formal e, conseqüentemente, com maior ou menor consistência pedagógica. Contudo, na maioria dos casos, não são registados os resultados da supervisão o que dificulta/inviabiliza a avaliação dos processos e os reajustes necessários em função da avaliação efetuada. Apesar das dificuldades reportadas, importa referir que alguns agrupamentos já criaram instrumentos de registo de avaliação e definiram a frequência da sua aplicação.

Embora as entidades promotoras/parceiras reconheçam que a supervisão das atividades é da responsabilidade do PTT, por vezes, desenvolvem processos paralelos com metodologias e objetivos diferenciados, podendo originar dificuldades acrescidas quando não são feitas em complementaridade.

Importa salientar que a importância desta prática e, conseqüentemente, a necessidade de definir os procedimentos da mesma não descurando a articulação entre ciclos e entre os diferentes intervenientes no processo, começa a ser reconhecida pelos principais intervenientes no processo (agrupamentos / entidades promotoras).

Envolvimento dos pais/Encarregados de Educação

Regista-se, da parte dos agrupamentos, uma maior preocupação em envolver os pais/encarregados de educação no processo, nomeadamente através da realização, no início do ano letivo, de reuniões para apresentação dos técnicos das AEC. Embora importante, este envolvimento, não abrange ainda áreas fundamentais como seja a escolha das atividades a oferecer ou dos horários de implementação das mesmas. A participação dos pais/encarregados de educação é ainda muito ténue e concentrada em momentos específicos (comemoração de datas significativas).

O acentuar da mobilidade dos técnicos, a dificuldade na sua substituição, que origina, por vezes, períodos longos sem oferta de AEC, estão na base de algum descontentamento e preocupação manifestada pelos pais/encarregados de educação. É, no entanto, de salientar que, maioritariamente, os pais/encarregados de educação valorizam esta oferta quer pela aquisição de conhecimentos para além das áreas curriculares quer como uma resposta às suas necessidades e consideram que a mesma deve continuar.

MESAS REDONDAS

Pontos fortes

A mesa redonda é reconhecida como um tempo e um espaço de reflexão conjunta sobre os principais constrangimentos e dificuldades, bem como um espaço privilegiado para partilhar boas práticas e experiências pedagógicas. Este é, muitas vezes, o momento em que, pela 1ª vez, os diversos intervenientes se reúnem para refletir sobre as AECA presença dos representantes dos departamentos curriculares na mesa redonda ou mesmo na observação das atividades (como se verifica em muitas das visitas no âmbito da AFD), é considerada uma mais-valia pois contribui para um maior envolvimento destas estruturas no apoio a dar aos técnicos das AEC e é vista como o primeiro passo no processo de

articulação vertical. Também a presença dos peritos é particularmente valorizada pelas entidades promotoras/parceiras que reconhecem nas suas opiniões/recomendações uma mais-valia e procuram assumi-las e aplicá-las.

Estes momentos evidenciaram também a importância da articulação entre todos os intervenientes como forma de reunir contributos para a consolidação e melhoria do programa e da supervisão pedagógica das AEC, pelos diferentes órgãos do Agrupamento de Escolas, desde o apoio pedagógico aos técnicos até à análise das habilitações académicas dos mesmos. Neste sentido, a participação dos professores titulares de turma na observação das atividades foi considerada muito importante e eficaz.

O reconhecimento da importância destes encontros fica patente na intenção manifestada por alguns dos intervenientes de realizar outras reuniões de natureza similar potenciando assim, a criação de um verdadeiro clima de cooperação.

Pontos fracos

Embora se reconheça a importância de uma reunião de âmbito alargado, a participação de todos e o leque de assunto a abordar, limita o tempo disponível para a sua discussão. Alguns temas, pela sua natureza e importância, carecem de um debate mais aprofundado ficando a sua análise, nesta estrutura, aquém do desejável. Assim, as questões relacionadas com a articulação, a integração curricular e a supervisão entre outras, nem sempre foram plenamente analisadas.

O défice na articulação vertical é considerado um dos aspetos menos conseguido do programa embora, à medida que os alunos vão transitando par o 2º ciclo, se comece a verificar uma preocupação nesta matéria.

O carácter pouco lúdico de algumas atividades é apontado como um fator de desmotivação dos alunos potenciando situações de indisciplina.

Foi manifestada alguma dificuldade na concretização da atividades devido à falta de recursos humanos, nomeadamente técnicos com o perfil pretendido para possibilitar uma substituição célere dos mesmos sempre que necessário, bem como pessoal não docente para assegurar o apoio aos alunos com NEE. Foi ainda referida a falta de recursos físicos, em particular, e inadequação dos espaços às atividades a desenvolver, nomeadamente para a prática de AFD, bem como os materiais necessários para a boa consecução das restantes atividades.

As resistências que por vezes se verificam na articulação entre as entidades, nomeadamente entidade promotoras e parceiras, são um óbice ao desenvolvimento do programa.

Foi exteriorizada por algumas autarquias a preocupação com os crescentes aumentos nos custos do programa que, caso se continuem a verificar, poderão por em causa a sua continuidade como entidade promotora.

Anexos

Anexo I - Símula dos dados estatísticos relativos ao acompanhamento realizado pela CAP e do resultado do tratamento dos questionários aplicados no âmbito das visitas de acompanhamento

Dados estatísticos do acompanhamento

Distribuição das visitas de acompanhamento por Entidade Promotora

DRE	Distrito	Concelho	Entidade Promotora									
			Autarquia		Agrup. Escolas		APEE		IPSS		Total	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
DREN	7	17	16	19,3	1	8,3					17	17,9
DREC	6	11	11	15,5							11	12,5
DRELVT	2	7	6	9,7			9	16,7	2	22,2	17	13,5
DREAle	4	5	3	7,9	2	12,5					5	8,9
DREAlg	1	3	3	20,0		0	1	100,0			4	22,2
Total	17	43	39	14,5	3	7,1	10	17,9	2	12,5	54	14,1

Nota: Alguns distritos abrangem mais do que 1 DRE tendo, no total, apenas sido contabilizados 1x.

Nota: As percentagens apresentadas foram calculadas em função dos dados nacionais.

Distribuição das visitas de acompanhamento por DRE, Escola, visita e turmas

DRE	Agrupamentos visitados	Escolas					Turmas				
		1ª Visita	2ª Visita			Total	1ª Visita	2ª Visita			Total
			Repet	Nova	Total			Repet	Nova	Total	
DREN	18	19	13	10	23	29	73	31	48	79	121
DREC	11	22	21	1	22	23	25	23	2	25	27
DRELVT	17	17	17	3	20	20	88	77	14	91	102
DREALE	5	7	7	2	9	9	13	10	6	16	19
DREALG	4	5	5	0	5	5	8	8		8	8
Total	55	70	63	16	79	86	207	149	70	219	277

Distribuição dos questionários (AE / PTT / Atividades / Pais / Alunos)

DRE	Ag. Esc.		PTT		ACT		Pais	Alunos	Total		Total Geral
	1ª Visita	2ª Visita	1ª Visita	2ª Visita	1ª Visita	2ª Visita			1ª Visita	2ª Visita	
DREN	18	4	123	5	183	37	497	452	1273	46	1319
DREC	11	0	32	0	76	58	128	124	371	58	429
DRELVT	17	17	124	82	148	91	467	425	1181	190	1371
DREAle	5	1	20	0	38	15	99	89	251	16	267
DREAlg	4	1	15	2	22	22	116	76	233	25	258
Total	55	23	314	89	467	223	1307	1166	3309	335	3644

Distribuição dos questionários por DRE, visita e atividade

DRE	AFD			EM			EI			OA			Total		
	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total
DREN	55	9	64	53	13	66	55	12	67	20	3	23	183	37	220
DREC	24	18	42	17	13	30	24	20	44	11	7	18	76	58	134
DRELVT	35	33	68	25	4	29	43	23	66	45	31	76	148	91	239
DREAle	16	3	19	9	0	9	10	10	20	3	2	5	38	15	53
DREAlg	6	6	12	5	5	10	8	8	16	3	3	6	22	22	44
Total	136	69	205	109	35	144	140	73	213	82	46	128	467	223	690

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

Distribuição dos questionários “Outra Atividades” por área, DRE e visita

	DREN			DREC			DRELVT			DREAle			DREAlg			Total		
	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total
Expressões	13	2	15	11	7	18	35	23	58	3	2	5	2	2	4	64	36	100
Informática / TIC	3	1	4			0	6	4	10			0			0	9	5	14
Ciências	3		3			0			0			0	1	1	2	4	1	5
Matemática	1		1			0			0			0			0	1	0	1
Xadrez			0			0	4	4	8			0			0	4	4	8
Total	20	3	23	11	7	18	45	31	76	3	2	5	3	3	6	82	46	128

Distribuição dos questionários por DRE, ano de escolaridade e visita

Ano Esc.	DREN			DREC			DRELVT			DRE Ale			DRE Alg			Total Geral		
	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total	1ª v	2ª v	Total
1º ano	30	22	52	2	2	4	18	17	35		1	1	8	8	16	58	50	108
1º e 2º anos		7	7	13	14	27	1	2	3				3	3	6	17	26	43
1º e 4º anos	1		1													1	0	1
1º, 2º e 3º anos							3	1	4							3	1	4
1º, 2º, 3º e 4º anos				6	6	12										6	6	12
1º, 3º e 4º anos								2	2							0	2	2
2º ano	30	25	55	15	15	30	25	27	52	4	6	10				74	73	147
2º e 3º anos	1	1	2				3	3	6	8	4	12				12	8	20
2º e 4º anos											1	1				0	1	1
3º ano	22	20	42	7	7	14	31	29	60	4	2	6	3	3	6	67	61	128
3º e 4º anos	1	7	8	6	6	12	7	6	13	9	6	15	3	3	6	26	28	54
4º ano	29	24	53	17	18	35	30	34	64	5	3	8	5	5	10	86	84	170
Total	114	106	220	66	68	134	118	121	239	30	23	53	22	22	44	350	340	690

Nota: As turmas foram observadas no âmbito de uma ou mais atividades.

Resultado do tratamento dos questionários

Agrupamentos de Escolas (AE) objeto de visita

DRE	Agrupamentos	Total de escolas com 1º ciclo que compõem os agrupamentos	Escolas visitadas	
			Nº	%
DREN	18	110	29	26,4
DREC	11	93	23	24,7
DRELVT	17	99	20	20,2
DREALE	5	34	9	26,5
DREALG	4	20	5	25,0
Total	55	356	86	24,2

Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) de Carácter Prolongado

AE com alunos com NEE	Total de alunos com NEE	AE que dispõem de apoio para a integração destes alunos na turma	AE em que esse apoio abrange as AEC
54	964	50	22

Construção do horário

Em articulação com EP	Foi ouvida a APEE
51	25

	Nº agrupamentos	Nº escolas	Nº de turmas
Houve Recurso à flexibilização	30	145	504

Houve necessidade de substituir o Ensino da Música por Outra Atividade	26	112	388
--	----	-----	-----

Desenvolvimento do Programa no Agrupamento		sim	não
O Agrupamento participou no processo de seleção dos técnicos?		24	31
No início do ano letivo foi feita a receção/integração dos técnicos?		53	2
Os técnicos das AEC participam nas reuniões:	De Departamento	32	21
	De Avaliação Final de Turma	46	7
	Com os Pais e Encarregados de Educação	28	27
As AEC estão contempladas/definidas no:	Regulamento Interno	52	3
	Projeto Educativo de Escola	49	4
	Plano Anual de Atividades	52	2
Estão previstas consequências para as faltas dos alunos às AEC?		31	22
A ocupação dos alunos em caso de falta do Técnico foi acautelada:	Pelo Agrupamento	31	8
	Pela Entidade Promotora/Parceira	28	11
	Em articulação (Agrupamento/ Entidade Promotora/Parceira)	38	14

Recursos físicos / materiais		sim	não
Considera que os espaços onde decorrem as AEC são adequados?		27	28
O agrupamento dispõe de materiais para as AEC	Em quantidade	40	14
	Em qualidade	41	13
Foram fornecidos materiais aos técnicos para o desenvolvimento da atividade	AFD	51	3
	Ensino do Inglês	46	8
	Ensino da Música	40	6
	Outra	30	5

Os técnicos têm acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) existentes na escola?

Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca
45	8	1	1

Como avalia o acompanhamento dos Pais/Encarregados de Educação às Atividades

Muito fraco	Fraco	Razoável	Bom	Muito bom	Excelente
0	2	21	20	8	0

Componente Pedagógica

		sim	não
Foi feita a divulgação das Orientações Programáticas	Junto dos PTT	51	4
	Junto dos técnicos das AEC	53	0
Os Órgãos e estruturas competentes já procederam à avaliação do impacto do Programa das AEC?		33	13

Os técnicos registam os sumários	
No livro de ponto da turma	26
No livro de ponto próprio para a atividade	20
Outro	8

Supervisão Pedagógica das AEC

		sim	não
Os PTT receberam do Coordenador do 1º ciclo, Conselho Pedagógico ou Diretor orientações para o exercício da supervisão pedagógica das AEC?		55	
As questões relacionadas com a supervisão das AEC são discutidas em Conselho de Docentes?		54	1
Foram emanadas orientações sobre o processo de avaliação a aplicar nas AEC?		50	4
A avaliação das AEC é discutida no Conselho Pedagógico?		37	16
Foi incentivada a articulação entre o PTT e os Técnicos das Atividades?		55	
Os Departamentos Curriculares fizeram alguma proposta de adaptação dos Planos Curriculares de Turma tendo em consideração os conhecimentos adquiridos pelos alunos no âmbito das AEC?		32	20
Os Departamentos Curriculares articulam com os Técnicos das AEC?		43	12
Com que periodicidade?			
Mensal		4	
Por período letivo		39	
Anual		4	

Componente de Apoio à Família

		sim	não
Existe oferta da Componente de Apoio à Família (CAF)		37	18
Quando			
Antes da atividade curricular	33		
Após a atividade curricular	19		
Após as Atividades de Enriquecimento Curricular	27		
Durante os períodos de interrupção letiva	19		
Onde (espaços utilizados)			
Na escola	36		
Outro	9		

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

AS respostas da CAF são asseguradas por:	
Autarquias locais	17
IPSS	10
Agrupamento de Escolas	9
Em parceria	9
Outra	5

PROFESSOR TITULAR DE TURMA

	sim	não
Exercício de anteriores funções docentes/pedagógicas, para além de PTT	198	87
Quais?		
Docente de apoio educativo	134	
Docente dos 2.º ou 3.º ciclos e secundário	37	
Docente coadjuvante no 1.º ciclo	23	
Docente de atividades de enriquecimento curricular	24	
Outra	75	
Exercício de outras funções		
Coordenador de Departamento do 1º CEB	6	
Coordenador de outras estruturas	17	
Coordenador de Estabelecimento	18	
Diretor de Escola	4	
Subdiretor de Escola / Adjunto do Diretor	0	
Assessor Técnico-Pedagógico	0	
Membro do Conselho Geral	19	
Presidente do Conselho Geral	1	
Outra.	58	

Apoio ao Estudo

	sim	não
Exerce funções de Apoio ao Estudo?	287	22
Apenas alunos da turma de que é professor titular	255	
Alunos da turma de que é Professor Titular e de outras turmas	27	
Apenas Alunos de outras turmas	5	

Número de alunos da turma de Apoio ao Estudo por ano de escolaridade

1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
881	1279	1365	1589

	sim	não
Alunos com NEE de carácter prolongado na turma de Apoio ao Estudo	134	150
Quantos:	310	

Atividades e Estratégias de Apoio ao Estudo por ordem de prioridade. (1 - maior prioridade)

	1	2	3
Realização de trabalhos de casa	35	138	57
Consolidação das Aprendizagens pela aplicação de estratégias de estudo	224	55	4
Outra.	28	75	76

Espaços

	Sim	não
Este Espaço Pertence ao estabelecimento de ensino/Agrupamento?	286	4
Considera que o espaço é adequado?	267	21
Espaços utilizados		
Sala de aula	255	
Biblioteca / Centro de Recursos	112	
Gabinete / Sala de reuniões / Sala polivalente	12	
Auditório	1	
Ginásio	14	
Refeitório	6	
Recreio/Espaços exteriores	47	
Outro:	27	

Materiais utilizados para Apoio ao Estudo por ordem de maior frequência de utilização [1- (+) utilizado]

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Manuais	30	51	57	25	26	13	4	4	5	0
Fichas de trabalho	146	71	32	15	2	3	3	0	0	0
Cadernos diários	60	66	41	20	18	4	2	5	0	0
Dicionários	2	2	21	39	15	19	14	5	3	3
Publicações/Revistas/Jornais	4	4	11	12	16	17	19	14	9	0
Cartazes / Posters	3	5	13	27	20	16	17	16	4	0
Jogos	24	42	45	45	32	14	11	1	2	0
CD/DVD/Cassete-audio/video	10	15	31	27	26	18	14	12	8	0
Software	18	15	22	27	22	17	8	13	13	1
Outro	11	14	5	6	4	6	2	1	2	7

Recurso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca
Técnico	36	168	47	28
Alunos	8	149	88	40

Onde são registados os sumários

Livro de Ponto da turma	197
Livro de Ponto da Atividade	60
Outro:	40

Articulação com outros professores de Apoio ao estudo

	sim	não
Partilha de materiais e recursos	261	24
Programação de atividades	203	61
Outras. Quais?	23	13

Supervisão Pedagógica das AEC

	sim	não
Recebeu orientações do Conselho Pedagógico / Executivo para o exercício de Supervisão das AEC?	284	21
Foram discutidas em conselho de docentes questões relacionadas com a supervisão das AEC?	261	35

Conhece as orientações Programáticas para as AEC?

	AFD	EM	EI (1º/2º anos)	EI (3º/4º anos)
Sim	279	258	194	204
Não	24	18	28	32

Periodicidade com que faz:	Semanal	Mensal	Por período letivo	Anual
Supervisão	191	72	23	4
Programação	34	137	71	28
Articulação Pedagógica	89	123	68	2
Avaliação	8	32	237	4

	AFD	Mús	Ingl	Outra
Como tem sido realizada a Supervisão Pedagógica das AEC?				
Reuniões de trabalho	178	160	188	87
Elaboração de relatórios intermédios	83	83	97	44
Observação de atividades	196	176	219	93
Entrevistas / Questionários	Aos Técnicos	29	29	14
	Aos alunos	54	54	23
	Aos pais	44	43	18
Outra. Qual?	31	27	33	20
Como foi estruturado o trabalho com o(s) Técnico(s) das AEC				
Reunião por convocatória	176	150	187	98
Encontros informais	261	227	276	129
Partilha de documentos relacionados com a programação	192	163	210	106
Outra	20	16	20	18
Como foi feita a articulação Pedagógica com o(s) Técnico(s) das AEC				
Partilha de informação sobre os alunos	276	245	294	137
Partilha de informação especificamente sobre casos de alunos com NEE (caso existam na turma)	128	104	128	67
Reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos	242	215	261	116
Reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino aprendizagem	198	168	215	105
Construção de materiais	65	53	78	54
Construção de Instrumentos de Avaliação	71	56	74	35
Outra	11	12	14	1

Como foram Avaliadas as AEC	AFD	Mús	Ingl.	Outra
Elaboração de relatório global	154	143	166	65
Elaboração de relatório por atividade	140	119	148	75
Outra.	19	18	19	13

Foi realizada reunião com os Pais / Encarregados de Educação	sim	não
Exclusivamente sobre as AEC?	28	263
Sendo as AEC um dos assuntos abordados?	293	10

Atividades (Ensino do Inglês, Ensino da Música, AFD, Outras Atividades)

Turma constituída por alunos oriundos de várias turmas

	AFD	EM	EI	OA
Sim	25	18	20	17
Não	100	88	111	61
Em branco	11	3	9	4

Tem alunos com NEE de carácter prolongado

	AFD	EM	EI	OA
Sim	48	35	57	40
Não	84	73	78	40
Em branco	4	1	5	2

Quantos?	91	43	87	61
----------	----	----	----	----

Horário da Turma

		AFD	EM	EI	OA
Turma com flexibilização de horário	Sim	31	35	48	13
	Não	100	72	85	61
	Em branco	5	2	7	8
Incidência do horário (Nº de minutos semanais)	Antes da atividade letiva da manhã	585	855	1530	360
	Durante a atividade letiva	135	135	135	90
	Após a atividade letiva da manhã	225	315	45	270
	Antes da atividade letiva da tarde	135	630	810	135
	Após a atividade letiva da tarde	8312	6407	8610	3600

Recursos Humanos (perfil dos técnicos)

	AFD		EM		EI		OA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Habilitações Académicas										
12º Ano	1	0,7	25	22,9	1	0,7	12	14,5	39	8,1
Bacharelato	0	0,0	3	2,8	9	6,1	6	7,2	18	3,8
DESE	0	0,0	0	0,0	2	1,4	0	0,0	2	0,4
Licenciatura	123	87,9	76	69,7	125	84,5	59	71,1	383	79,8
Mestrado	16	11,4	5	4,6	10	6,8	6	7,2	37	7,7
Doutoramento	0	0,0	0	0,0	1	0,7	0	0,0	1	0,2

Habilitações Profissionais										
Curso Profissional (Equiv. 12.º ano)			15	11,4	0	0,0	6	8,6	21	4,6
Estágio Integrado na formação Inicial	103	71,5	35	26,5	44	39,6	26	37,1	208	45,5
Profissionalização em Exercício	11	7,6	6	4,5	7	6,3	3	4,3	27	5,9
Diplomado/certificado	13	9,0	5	3,8	23	20,7	8	11,4	49	10,7
C.E.S.E	0	0,0	1	0,8	0	0,0			1	0,2
Curso de Formação Especializada	7	4,9			11	9,9			18	3,9
8.º Grau do curso complementar de música			23	17,4					23	5,0
Complementos de formação em Ensino da Música			10	7,6					10	2,2
Especialização							4	5,7	4	0,9
Currículo Relevante (Validado Pela CAP)			37	28,0	26	23,4			63	13,8
Outra	10	6,9					23	32,9	33	7,2

Experiência pedagógica anterior

	AFD	EM	EI	AO
Sim	108	94	114	68
Não	12	8	8	7

Especificar				
Animador em Ateliês/ATL em contexto escolar	12	13	17	13
Animador em Ateliês/ATL noutros contextos	14	15	12	14
Estágio Pedagógico	32		32	12
Experiência como docente no programa AEC	110	86	108	53
Professor Coadjuvante (1.º ciclo)	10	3		2
Professor de Desporto Escolar	17			
Professor de (2.º, 3.º ciclos ou secundário)	38	23	33	10
Professor de Música no ensino vocacional		21		
Professor Titular de Turma (1.º ciclo)	7	4	2	2
Outra. Qual?	34	21	34	16

Formação Contínua (Em horas)

Frequência de Ações de Formação		AFD	EM	EI	AO
na Área da Atividade Física e Desportiva		3302			
na Área do Ensino da Música	Organizada pelo ME		525		
	Organizada pela APEM		289		
	Outras. Especificar		1614		
na Área do Ensino do Inglês	Organizada pelo ME			2640	
	Organizada pela APPI			343	
	Outras. Especificar			388	
na Área					313

Distribuição do horário do técnico

	AFD		EM		EI		AO		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Numa escola	79	59,0	58	53,7	74	54,0	47	58,0	258	56,1
Em mais do que uma escola do mesmo agrupamento	40	29,9	34	31,5	52	38,0	20	24,7	146	31,7
Em escolas de agrupamentos diferentes	15	11,2	16	14,8	11	8,0	14	17,3	56	12,2

Tipo de vínculo laboral

	AFD		EM		EI		AO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CTTR com a Entidade Promotora	59	46,8	51	47,7	70	51,5	35	45,5	215	48,2
CTTR com a Entidade Parceira	28	22,2	21	19,6	26	19,1	15	19,5	90	20,2
Funcionário da Entidade Promotora	8	6,3	2	1,9	1	0,7	2	2,6	13	2,9
Funcionário da Entidade Parceira	4	3,2	6	5,6	3	2,2	6	7,8	19	4,3
Outra.	27	21,4	27	25,2	36	26,5	19	24,7	109	24,4

Recursos físicos e materiais

Espaços utilizados

	AFD	EM	EI	AO
Ginásio	59			
Campo de Jogos	83			
Sala Polivalente	52			
Refeitório	2			
Sala de aula	53	100	128	70
Recreio/Espaços exteriores	75		44	23
Outro:	22	42	25	21

Pertença e adequação dos espaços

		AFD	EM	EI	OA
O espaço pertence ao estabelecimento de ensino / Agrupamento	Sim	122		134	
	Não	14		6	
O espaço é adequado	Sim	89		125	66
	Não	46		12	15

Componente Pedagógica

Orientações Programáticas

	AFD		EM		EI		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conhecimento das Orientações Programáticas								
Sim	131	97,8	103	100,0	132	95,0	366	97,3
Não	3	2,2		0,0	7	5,0	10	2,7
Importância para a prática pedagógica								
Muita	120	91,6	87	84,5	119	90,2	326	89,1
Alguma	11	8,4	16	15,5	12	9,1	39	10,7
Pouca	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nenhuma	0	0,0	0	0,0	1	0,8	1	0,3
Frequência de utilização								
Sempre	83	62,9	48	46,6	66	47,8	197	52,8
Frequentemente	44	33,3	50	48,5	65	47,1	159	42,6
Raramente	4	3,0	5	4,9	1	0,7	10	2,7
Nunca	1	0,8	0	0,0	6	4,3	7	1,9

Documentos que orientam a prática	AFD	EM	EI	AO
Orientações Programáticas	116	99	131	
Programa pré-concebido pela entidade para a qual presta serviço	52	46	56	39
Programa de Expressão e Educação Físico-Motora do 1.º ciclo	115			
Programa de Expressão e Educação Musical do 1.º ciclo		71		
Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais	50	40	68	45
Projeto Curricular de Turma	62	56	70	36
Projeto Educativo de Escola	45	49	45	27
Projeto Curricular de Agrupamento	33	32	47	24
Outros	15	16	27	24

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

Atividades que realiza		Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca
AFD	Perícias e Manipulações	43	73	7	8
	Deslocamentos e Equilíbrios	48	69	6	7
	Jogos pré-desportivos	43	74	8	8
	Futebol	12	53	36	24
	Voleibol	13	40	32	37
	Ginástica:	27	120	78	152
	Solo	16	71	23	20
	Aparelhos	7	22	20	72
	Rítmica	4	27	35	60
	Patinagem	3	9	11	97
	Raquetas	11	32	35	45
	Act. Rítmicas e Expressivas	14	71	35	12
	Natação	12	16	9	84
	Act. de Exploração da Natureza	10	30	44	43
	Outras	11	22	8	7
EM	Audição Musical	42	66	0	1
	Prática Vocal	38	68	2	0
	Prática Instrumental (Especificar)	23	70	11	4
	Expressão Corporal, Movimento e Dança	22	75	9	1
	Experimentação/Improvisação/Composição	8	71	25	4
	Leitura e Escrita Musical	14	61	23	10
	Apresentações Musicais (concertos,recitais, ...)	8	45	39	14
	Outras:	3	4	6	2

Atividades que utiliza		Nº respostas
OA	Jogos Cooperativos	65
	Projetos	49
	Atividades de pesquisa e exploração	40
	TIC	24
	Outras	32

Experiências de aprendizagem desenvolvidas		Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca
EI - 1º e 2º anos	Songs and Chants	14	36	4	2
	Arts & Crafts	8	44	2	2
	Drama	4	16	26	8
	Stories	1	29	15	6
	Games	18	33	2	1
	Projects	3	15	22	7
	Outras	1	4	0	1
EI - 3º e 4º anos	Jogos de Compreensão	30	64	3	0
	Jogos de Produção	20	62	10	1
	Canções e Rimas	17	61	14	2
	Role Play	12	46	29	4
	Atividades Criativas	15	69	3	2
	Histórias	12	44	30	5
	Outras	2	18	6	2

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

Experiências de aprendizagem desenvolvidas		
AFD	Exercício Individual	96
	Exercícios em Grupo	130
	Sequências de Habilidades e Coreografias	18
	Situações de Jogo	111
	Situações de Exploração de Movimento	50
	Outras	0

Competências desenvolvidas		
AFD	Cooperação com aplicação de regras e princípios de cordialidade e respeito	124
	Participação	77
	Capacidades condicionais e coordenativas	97
	Realização de ações básicas de deslocamento	66
	Realização de habilidades básicas e ações técnico-táticas fundamentais	51
EM	Explora e identifica elementos básicos da música	78
	Identifica auditiva e visualmente instrumentos musicais	54
	Utiliza vocabulário musical	43
	Canta individualmente e em grupo	79
	Explora os sons de instrumentos musicais	52
	Apresenta publicamente o repertório estudado	21
	Inventa composições e acompanhamentos	15
	Identifica culturas musicais diferenciadas	6
	Outra (especificar)	3
OA	Comunicação	60
	Cooperação	63
	Participação	65
	Organização	50
	Outras	7

Competências de comunicação (Ensino do Inglês)		
Compreensão Oral [ouvir/ver]		132
Compreensão Escrita [ler]		36
Interação Oral [Ouvir/Falar]		125
Interação Escrita [Ler/Escrever]		34
Produção Oral [falar]		76
Produção Escrita [escrever]		15

As competências adquiridas contribuem para o desenvolvimento global do aluno

	Muito		Algun		Pouco		Nada		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
AFD	126	93,3	9	6,7	0	0,0	0	0,0	135
EM	97	89,8	11	10,2	0	0,0	0	0,0	108
EI	119	88,1	16	11,9	0	0,0	0	0,0	135
OA	66	85,7	10	13,0	1	1,3	0	0,0	77

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

Recurso às TIC	Sempre		Frequentemente		Raramente		Nunca	
	Técnicos	Alunos	Técnicos	Alunos	Técnicos	Alunos	Técnicos	Alunos
AFD	21	1	45	13	40	32	26	81
EM	27	3	45	23	23	50	11	31
EI	17	0	81	18	24	63	17	55
OA	12	8	37	5	18	26	14	41

	AFD	EM	EI	AO
Onde são registados os sumários				
Livro de Ponto da Turma	67	61	72	37
Livro de Ponto da Atividade	41	39	48	34
Outro	36	21	36	25
Os materiais utilizados são fornecidos por:				
Entidade Promotora	87	57	74	36
Entidade Parceira		29	47	33
Agrupamento de Escolas		22	21	15
Escola do 1º CEB	39	36	29	27
Próprio Técnico da Atividade	17	70	88	46

Instrumentos de avaliação utilizados	AFD	EM	EI	AO
Grelhas de observação	111	75	104	48
Listas de verificação	33	36	35	18
Fichas de auto-avaliação	16	18	47	16
Caderno/dossiê do aluno	17	53	100	12
Portefólios	4	18	56	12
Outro	26	22	39	28

Divulgação das aprendizagens dos alunos			AFD	EM	EI	AO
Ao(s) Professor(es) Titular(es) de Turma	De que forma?	Oralmente	54	42	56	37
		Registo escrito	82	67	82	42
	Com que Periodicidade?	Semanal	32	28	38	22
		Mensal	25	19	24	12
		No final do Período Letivo	76	60	71	42
		No final do Ano letivo	2	1	3	1
Aos Pais / Encarregados de Educação	De que forma?	Através do(s) Professor(es) Titular(es) de Turma	126	98	127	65
		Diretamente aos Enc. de Educação				
		Registo escrito	60	47	73	38
		Oralmente (Individualmente ou em grupo)	18	16	14	5
		Outra	5	5	3	4
	Com que Periodicidade?	Semanal	7	5	4	2
		Mensal	12	7	6	4
		No final do Período Letivo	112	89	122	65
		No final do Ano Letivo	1	3	2	2

Articulação Pedagógica e Curricular

Articulação horizontal

	AFD		EM		EI		OA		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Articulação com os PTT										
Partilha de informação sobre os alunos	133	3	108	1	139	1	78	4	458	9
Reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos	110	26	89	17	118	22	65	14	382	79
Reflexão conjunta sobre a Planificação da Atividade	84	48	70	36	90	44	52	29	296	157
Programação das Atividades (Festas, comemorações, etc)	117	14	96	8	125	14	64	17	402	53
Outra:	4	9	5	8	4	5	8	7	21	29
Articulação com os técnicos das AEC										
Participação em reuniões de trabalho	126	8	103	6	121	16	67	11	417	41
Reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino aprendizagem	118	13	85	17	107	31	53	22	363	83
Programação de atividades	121	13	95	9	113	24	61	13	390	59
Seleção de materiais	68	52	66	34	76	58	30	40	240	184
Construção de Instrumentos de Avaliação	53	64	51	42	65	64	19	46	188	216
Outra:	8	11	4	6	5	5	5	6	22	28

Articulação vertical

Articulação com os docentes do agrupamento (da respetiva área)	AFD		EM		EI		OA		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Participação em reuniões de trabalho	91	43	70	33	96	40	39	29	296	145
Reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino aprendizagem	74	53	57	45	82	51	26	39	239	188
Programação de atividades	85	45	59	40	89	43	35	32	268	160
Outra:	10	9	5	5	5	13	3	3	23	30

OBSERVAÇÃO DAS ACTIVIDADES

Documentos observados

	AFD	EM	EI	AO
Dossiê da turma	51	41	42	16
Dossiê do Professor	70	41	53	15
Registos de Sumários	105	84	119	57
Cadernos /Dossiês dos Alunos	11	34	83	10
Planificações	111	93	112	57
Registos de Avaliação Formativa	51	18	23	16
Outro:	12	8	15	12

Materiais observados

	AFD	EM	EI	AO
CD/DVD - Áudio	16			
Arcos	57			
Aparelhos	20			
Banco Sueco	33			
Bolas (Diversos Tipos)	95			
Colchões	42			
Coletes	49			
Cones/Pinos/Sinalizadores	90			
Cordas	37			
Patins	7			
Raquetas	19			
Planos Inclinados	9			
Redes	14			
Outro	37	45	36	50
Manual		21	44	0
Caderno do aluno		37	82	5
KIT Instrumentos Musicais		46		
Flautas de Bisel		40		
Leitor / Gravador CD/DVD		64		
Cartazes / flashcards		19	88	11
CD / DVD		59		5
Software		31	23	8
Fichas de Trabalho			87	13
Dicionários			6	
Publicações / Revistas / Jornais			5	
Jogos			47	3
CD/DVD – Áudio/Vídeo			53	
Cartolinas / Papéis Vários				31
Instrumentos Musicais				8

Atividades observadas		
EM	Audição Musical	65
	Prática Vocal	83
	Prática Instrumental	61
	Expressão Corporal, Movimento e Dança	57
	Experimentação/Improvisação/Composição	23
	Leitura e Escrita Musical	42
	Outras:	15
OA	Jogos Cooperativos	20
	Projetos	20
	Atividades de pesquisa e exploração	15
	TIC	10
	Outras	47

Experiências de aprendizagem observadas		
AFD	Exercício Individual	107
	Exercícios em Grupo	115
	Sequências de Habilidades e Coreografias	35
	Situações de Jogo	78
	Situações de Exploração de Movimento	84
	Outras	7
EI - 1º e 2º Anos	Songs and Chants	25
	Arts & Crafts	21
	Drama	5
	Stories	8
	Games	22
	Projects	1
	Outras	10
EI - 3º e 4º Anos	Jogos de Compreensão	57
	Jogos de Produção	38
	Canções e Rimas	29
	Role Play	12
	Atividades Criativas	19
	Histórias	8
	Outras	23
Competências desenvolvidas		
AFD	Cooperação com aplicação de regras e princípios de cordialidade e respeito	
	Participação	119
	Capacidades condicionais e coordenativas	109
	Realização de ações básicas de deslocamento	93
	Realização de habilidades básicas e ações técnico-táticas fundamentais	
EM	Explora e identifica elementos básicos da música	74
	Identifica auditiva e visualmente instrumentos musicais	40
	Utiliza vocabulário musical	74
	Canta individualmente e em grupo	75
	Explora os sons de instrumentos musicais	62
	Apresenta publicamente o repertório estudado	23
	Inventa composições e acompanhamentos	5
	Identifica culturas musicais diferenciadas	14
	Outra	15
Competência de Comunicação		
EI	Compreensão Oral [ouvir/ver]	129
	Compreensão Escrita [ler]	37
	Interacção Oral [Ouvir/Falar]	92
	Interacção Escrita [Ler/Escriver]	22
	Produção Oral [falar]	60
	Produção Escrita [escrever]	17
Competências de aprendizagem observadas		
AO	Comunicação	48
	Cooperação	56
	Participação	66
	Organização	48
	Outras	14

Evidências de recurso às TIC

	AFD	EM	EI	OA
Sim	18	37	38	16
Não	102	62	83	59

		AFD	EM	EI	OA
Planificação observada					
Conteúdo	De acordo com as Orientações Programáticas	119	87	113	
	Evidências de articulação com a planificação do PTT	56	51	60	36
Frequência	Semanal	46	26	28	15
	Mensal	20	23	36	18
	Por Período letivo	26	23	42	18
	Anual	29	26	25	8
Registo dos sumários das atividades realizadas					
	Tema(s) abordado(s)	105	60	120	41
	Descrição das atividades	80	72	74	47
	Referência aos Materiais	23	20	19	11
Instrumentos de avaliação observados					
	Portefólios	13	14	22	7
	Grelhas de observação	72	33	36	25
	Listas de verificação	30	13	20	13
	Fichas de auto-avaliação	16	6	19	6
	Caderno / dossiê do aluno	7	32	73	5
	Outro:	23	12	20	12

Apreciação das Atividades

	Muito Adequada				Adequada				Pouco Adequada				Nada Adequada			
	AFD	EM	EI	OA	AFD	EM	EI	OA	AFD	EM	EI	OA	AFD	EM	EI	OA
Adequação da Planificação																
Aos alunos	66	30	41	20	52	53	67	38	3	9	15	8	4	3	6	1
Aos temas tratados	59	24	43	21	62	57	65	38	1	7	15	7	4	5	5	2
Adequação das Atividades																
Aos alunos	70	40	47	30	56	49	70	42	6	14	18	7	1	3	2	1
Aos temas tratados	67	38	45	29	60	52	74	46	5	11	17	4	1	2	1	1
Adequação das Metodologias e Estratégias																
Aos alunos	65	37	42	25	57	48	56	42	10	16	33	13	2	6	6	0
Aos temas tratados	63	32	45	24	57	51	52	46	8	14	34	9	3	6	5	1
Materiais																
Adequação dos Materiais																
Aos alunos	71	47	51	28	53	50	77	46	3	5	6	3	5	1	1	0
Aos temas tratados	67	42	47	29	58	52	79	46	2	6	7	2	5	2	1	0
Às experiências de aprendizagem realizadas	61	38	40	21	62	52	60	47	6	9	30	7	3	2	4	1
Qualidade Geral dos Materiais	58	38	43	15	58	60	75	52	11	1	16	6	5	2	1	0
Quantidade dos Materiais	54	32	35	20	53	60	74	45	17	2	20	7	7	1	6	3

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

	Muito				Razoavelmente				Pouco				Nada			
	AFD	EM	EI	OA	AFD	EM	EI	OA	AFD	EM	EI	OA	AFD	EM	EI	OA
As estratégias pedagógicas e aprendizagens dos alunos conduzem a:																
Desenvolvimento de competências nos alunos	76	48	47	34	51	47	51	38	6	9	34	7	1	3	3	1
Desenvolvimento da autonomia e de hábitos de trabalho	80	44	36	35	47	45	67	39	7	13	28	4	1	4	5	3
Motivação dos alunos perante a aprendizagem	92	60	77	46	38	38	49	28	4	3	11	2	0	2	1	3
A adequação das interações sociais na sala de aula:																
A interação professor-aluno conduz à criação de um ambiente favorável à aprendizagem	103	67	84	44	29	38	39	29	0	2	13	8	3	1	2	0
A interação entre pares (aluno-aluno) propicia o desenvolvimento das atividades no sentido da construção do saber	76	52	30	33	47	50	60	37	5	3	33	4	0	2	6	2
Cultura de Escola – O projeto revela soluções que conduzem a:																
Articulação entre ciclos de escolaridade	46	21	34	7	40	46	44	21	16	19	25	8	18	18	29	33
Flexibilidade organizacional (espaços, tempos)	35	31	50	15	56	49	39	35	10	9	26	8	14	8	11	20
Cultura de colaboração	52	41	50	18	47	41	49	34	12	18	24	11	6	1	8	14

OPINIÃO DOS PAIS

AEC em que o aluno está inscrito	Inglês	1266
	Ensino da Música	1043
	Atividade Física e Desportiva	1189
	Outra	626
Foi devidamente informado sobre:	Os objetivos das AEC	826
	Os conteúdos das AEC	628
	Os horários das AEC	1165
	A consequência das faltas às AEC	623
Como foi informado?	Por escrito	451
	Em reunião de Pais	1000
	Oralmente	290
	Outra:	40
Conhece os técnicos que ministram a atividade	Inglês	674
	Ensino da Música	548
	Atividade Física e Desportiva	676
	Outra:	374

Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

Com que regularidade contacta esses técnicos

	AFD	EM	EI	OA
Semanal	67	51	62	41
Mensal	44	39	46	30
Por Período letivo	359	333	399	200
Anual	73	54	73	26
Outra	138	142	171	156

Como tem conhecimento das aprendizagens realizadas pelo seu educando

Reuniões com:	Professor Titular de Turma (PTT)	976
	Técnico(s) da(s) AEC	110
	PTT e Técnico(s)	83
Caderno do Aluno		368
Festas		254
Participação / Assistência às Atividades		147
Ficha de Avaliação/Informação entregue no período das Avaliações		1051
Outra:		54

Como avalia a(s) atividade(s)

	AFD						EM						EI						OA					
	6	5	4	3	2	1	6	5	4	3	2	1	6	5	4	3	2	1	6	5	4	3	2	1
A qualidade																								
do(s) técnico(s)?	210	351	331	101	10	0	160	267	317	131	21	0	179	329	365	162	24	0	107	173	163	36	2	0
da(s) atividades?	205	319	343	108	10	0	148	269	323	131	21	0	170	314	371	167	30	0	91	177	167	45	3	0
da relação pedagógica com os alunos?	229	337	307	116	13	0	180	290	281	127	28	0	224	311	344	153	35	0	121	176	136	42	6	0
da relação com os pais e EE?	101	167	252	186	122	0	78	145	219	187	122	0	89	167	266	220	129	0	58	107	113	64	50	0
A adequação																								
dos materiais utilizados?	153	267	332	181	29	0	106	231	327	162	35	0	125	267	387	208	36	0	73	170	167	52	7	0
dos espaços utilizados?	145	253	303	211	63	0	116	222	338	178	38	0	140	276	409	193	41	0	72	158	180	64	8	0
dos horários de funcionamento?	204	308	366	143	30	0	173	273	336	130	27	0	202	326	398	164	31	0	112	168	180	49	7	0

(6 – Excelente; 5 – Muito Bom; 4 – Bom; 3 – Razoável; 2 – Fraco; 1 – Muito Fraco)

Na sua opinião, as AEC que o seu filho frequenta têm impacto na:

	AFD						EM						EI						OA					
	6	5	4	3	2	1	6	5	4	3	2	1	6	5	4	3	2	1	6	5	4	3	2	1
Motivação para as Aprendizagens	223	280	273	128	25	0	315	367	317	96	17	0	280	367	351	157	27	0	138	199	135	40	6	0
Autonomia	229	380	335	123	10	0	161	309	316	154	20	0	175	359	386	183	31	0	84	202	170	39	6	0
Participação	271	384	313	102	8	0	199	327	287	141	20	0	219	362	363	176	21	0	108	201	149	40	5	0
Disciplina	96	193	150	60	7	0	244	360	317	119	17	0	202	334	367	183	31	0	160	294	278	134	22	0
Resultados Escolares	226	355	339	122	19	0	192	282	307	148	30	0	228	319	364	185	31	0	98	188	163	53	6	0
Outros:	17	20	22	11	0	0	10	16	16	7	1	0	11	16	22	8	0	0	12	12	13	9	2	0

(6 – Excelente; 5 – Muito Bom; 4 – Bom; 3 – Razoável; 2 – Fraco; 1 – Muito Fraco)

OPINIÃO DOS ALUNOS

Atividades frequentadas pelos alunos

DRE	EI		AFD		EM		Exp.		Outra	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
DREN	437	96,7	424	93,8	392	86,7	139	30,8	181	40,0
DREC	123	99,2	124	100,0	105	84,7	47	37,9	64	51,6
DRELVT	425	100,0	423	99,5	330	77,6	227	53,4	240	56,5
DREAle	86	96,6	84	94,4	77	86,5	44	49,4	53	59,6
DREAlg	70	92,1	64	84,2	29	38,2	35	46,1	47	61,8
Total	1141	97,9	1119	96,0	933	80,0	492	42,2	585	50,2

Distribuição “Outra Atividade”

DRE	Apoio ao Estudo		Diversos	
	Nº	%	Nº	%
DREN	65	14,4	119	26,3
DREC	33	26,6	51	41,1
DRELVT	130	30,6	105	24,7
DREAle	45	50,6	13	14,6
DREAlg	17	22,4	21	27,6
Total	290	24,9	309	26,5

Identificação das atividades referidas em “Diversos”, por DRE

Atividades	DREN	DREC	DRELVT	DREAle	DREAlg	Total
AAF	3					3
Biblioteca	1					1
Capoeira			8			8
Educação moral e religiosa	11					11
Estudo Acompanhado	2			1		3
Francês	1					1
Futsal			1			1
Hora do livro		10				10
Informática / TIC	53	15	67		4	139
LGP	1					1
Matemática	25					25
Mini ténis				12		12
Natação		6				6
Oficina de artes		5				5
Oficina de leitura		5				5
Robótica		10				10
Xadrez			29			29
Ciências experimentais / Ciência Viva	22				17	39
Total Geral	119	51	105	13	21	309

Nota: A sinalização do campo “Outra” quando discriminado pode corresponder a mais do que uma atividade.

De referir que no campo “Outra atividade”, alguns questionários foram indicadas atividades que integram as áreas curriculares não disciplinares “Estudo Acompanhado” (3) e a área curricular de frequência facultativa “Educação moral e religiosa” (11)

Anexo II – Relatórios das Associações Profissionais



Associação Portuguesa de Professores de Inglês

**Actividades de Enriquecimento Curricular
no 1º Ciclo do Ensino Básico**

INGLÊS

Relatório final de acompanhamento

APPI - CAP

2010/2011

INTRODUÇÃO

Neste relatório damos conta da actividade desenvolvida pela APPI, enquanto associação convidada na CAP - Comissão de Acompanhamento do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Reportamo-nos ao ano lectivo que agora finda, baseados nos comentários dos peritos e na análise dos questionários ao técnico de Inglês, mas, nas recomendações, não deixaremos de focar aspectos que têm vindo a preocupar a APPI nos últimos anos e que continuam sem resolução, no sentido de alertar a nova equipa ministerial para os mesmos.

A APPI evidencia o facto de o Modelo de Acompanhamento para este ano lectivo se ter revelado mais profícuo, porque permitiu uma melhor gestão dos recursos humanos e potenciou a informação disponível para análise e avaliação, que agilizará o aperfeiçoamento do Programa da Actividades de Enriquecimento Curricular. Paralelamente, verificou-se uma maior eficácia, quer nas reuniões alargadas da CAP, quer no envio dos documentos e em todo o processo de organização das Visitas de Acompanhamento, conjugada com o facto dos elementos que integram esta Comissão terem melhorado, ao longo dos anos, os mecanismos de comunicação entre si.

MODELO DE ACOMPANHAMENTO

O Modelo de Acompanhamento definido manteve a dimensão da amostra do ano lectivo anterior, mas, o facto de terem sido seleccionadas duas turmas por agrupamento a visitar, permitiu rendibilizar os recursos.

Destacamos como pontos fortes:

- O enfoque dado ao Agrupamento e não a uma turma isoladamente, que possibilitou uma visão mais abrangente e enriquecida da implementação do Programa das AEC nesses agrupamentos;
- A diminuição do número de peritos envolvidos nas visitas, bem como o número de deslocações;
- A presença do PTT – Professor Titular de Turma - na observação das aulas, que motivou um maior envolvimento deste nas actividades, uma maior

aproximação ao técnico e uma maior co-responsabilização no processo de supervisão;

- A criação de questionários ao Director do Agrupamento, aos Pais e Encarregados de Educação e aos alunos,
- A junção do questionário do técnico e do perito num único documento;
- A alteração do documento “Síntese e Recomendações” a enviar para as Entidades Promotoras e Agrupamentos, após a 1ª visita, de forma a espelhar os pontos fortes e fracos e recomendações;
- A mesa-redonda da 2ª visita só ter sido realizada em situações que careciam de reavaliação;
- A substituição, na 2ª visita, da mesa-redonda alargada por uma de teor mais restrito, que envolveu somente os técnicos e os peritos, para ultrapassar dificuldades de cariz pedagógico;
- A substituição da turma a observar aquando da 2ª visita, nos casos de observação de boas práticas no 1º momento.

Como pontos fracos, referimos:

- A realização da 1ª visita apenas no 2º período, fez com que o tempo que mediou entre esta e a 2ª fosse curto, não tendo permitido, em muitos casos, a incorporação das recomendações elencadas aquando do 1º momento;
- A observação do mesmo técnico em locais onde havia outros da mesma actividade;
- A observação de turmas do mesmo nível de escolaridade;
- A notória falta de tempo para o técnico preencher o questionário e para o perito poder fazer uma reflexão sobre a actividade observada, uma vez que a mesa-redonda se realizou, na maior parte das visitas, imediatamente a seguir às actividades.

Deixamos aqui uma nota muito positiva, que se prende com a criação de uma Comissão Técnica *Ad hoc* - AEC, parceria do Instituto Português da Qualidade e DGIDC, para implementação de um referencial para Certificação das Entidades Promotoras e

Parceiras; a proposta decorreu do balanço relativo à primeira ronda de visitas, onde se assinalaram as fragilidades de algumas entidades, nomeadamente no que concerne o recrutamento e acompanhamento dos técnicos sob a sua alçada.

VISITAS DE ACOMPANHAMENTO

Peritos

A APPI esteve presente na totalidade das visitas agendadas em cada momento (55 visitas/110 observações), que envolveram 36 peritos, sendo que 7 exerceram esta função pela primeira vez. Contrariamente aos anos anteriores em que muitos dos peritos tinham várias visitas a seu cargo, com a observação de turmas no mesmo agrupamento, conseguimos distribuir o trabalho de forma a não sobrecarregar os peritos e otimizando as deslocações dos mesmos, à excepção da DRELVT onde, pela localização das visitas, maioritariamente a sul do Tejo, obrigou a que três das peritas efectuassem um maior número de visitas, como se pode constatar no quadro abaixo:

	2º Período		3º Período	
DRE	Visitas/ Turmas	Peritos	Visitas	Peritos
DREN	18/ 36	13	18/36	12
DREC	11/ 22	9 + 2 DREN	11/ 22	7 + 2 DREN
DRELVT	17/34	4	17/34	5
DREA	5/ 10	5	5/ 10	5
DREAlg	4/ 8	4	4/ 8	4
Total	55/110	35	55/110	34

É de realçar que a segunda visita foi efectuada pelos mesmos peritos, exceptuando-se duas na DREN e duas na DREC, por motivo de impossibilidade do respectivo perito.

Refira-se que a metodologia relativa ao número de deslocações por cada visita foi diferente nas várias DREs; enquanto a DRELVT optou por fazer quase todas as observações e mesa-redonda no mesmo dia em cada agrupamento, outras DREs houve em que algumas das visitas se realizaram em 2 ou 3 dias, acarretando para o perito uma maior reorganização do seu trabalho, na sua escola de origem, e um aumento no número de deslocações.

QUESTIONÁRIO AO TÉCNICO DE ENSINO DE INGLÊS

Este instrumento de acompanhamento continua a proporcionar a recolha de dados que permitem analisar as condições organizacionais e pedagógicas em que decorrem as AEC e estimula o diálogo com a comunidade educativa, aquando da realização da mesa-redonda, permitindo apontar soluções para os problemas detectados e estimular e evidenciar as situações em que o funcionamento da(s) actividades(s) é um exemplo de boas práticas.

Habilitações dos técnicos

O levantamento de dados e a análise pormenorizada dos mesmos constarão do relatório de execução física da DGIDC, mas há um ponto que preocupa a APPI e que se refere às habilitações académicas e profissionais dos técnicos de Inglês. Já se sabia, pelas DREs que a dificuldade de recrutamento de técnicos de Ensino do Inglês se tinha agravado em relação ao ano lectivo passado, mas a análise dos questionários revelou que há técnicos que não detêm habilitações académicas e/ou profissionais para o desempenho da actividade, preconizadas no Despacho 14460/2008, nem nas Orientações para Análise de Currículos Relevantes. Encontrámos técnicos que apesar de deterem o CAE (Certificate in Advanced English) ou o CPE (Certificate of Proficiency in English), têm formação académica que nada tem a ver com o ensino e sem qualquer experiência anterior nas AEC, como, por exemplo, licenciatura em Relações Humanas e Comunicação Organizacional, Relações Internacionais, Investigação Social Aplicada,

Arquitectura; bacharelato em Análises Clínicas e Saúde Pública, Turismo, Arquitectura Paisagística; outros com o 12º ano e o FCE (First Certificate of English).

Esta situação continua a denotar, por um lado, a constatação de que algumas Entidades que recrutam (Promotora ou Parceira) não cumprem o estipulado na legislação e, por outro, a demissão do Agrupamento no envolvimento no processo de recrutamento e de verificação das habilitações.

Formação contínua

A formação a distância para professores de Inglês foi, nos anos anteriores, uma das vertentes de acompanhamento das competências atribuídas à CAP, implementada pela DGIDC, com a colaboração directa da APPI, com duas edições distintas, com o objectivo de dar bases metodológicas aos professores que não tinham formação nesta área: uma para o 1º e 2ºanos e outra para o 3º e 4ºanos.

Este ano essa formação não se realizou, e apesar e a APPI já ter enunciado no relatório anterior que a formação existente carecia de reformulação, tal implicou que muitos dos técnicos que não detêm preparação pedagógica ou qualquer experiência enquanto docentes, não tivessem tido a oportunidade de reflectir e construir referenciais de qualidade na planificação e no desenvolvimento das actividades.

Verificou-se, na análise das respostas dos técnicos, que há um menor número a referir ter frequentado acções de formação creditada, no âmbito do ME e/ou da APPI, por um lado porque muitos dos “técnicos”, que desde o início leccionavam nas AEC, com formação quer inicial quer contínua, transitaram, nos últimos anos, entraram para o sistema como professores contratados do Ensino Básico ou Secundário.

Alguns técnicos referiram outro tipo de formação, nomeadamente fornecida pela Entidade Promotora ou Parceira, com um número de horas muito reduzido e, muitas vezes, proporcionada pelas editoras.

A APPI continuou a apoiar encontros ou jornadas de formação, cujo número de realizações tem vindo a decrescer, promovidos pelas Entidades Promotoras para divulgação de boas práticas das AEC e reflexão sobre o trabalho desenvolvido,

colaborando nesses encontros, sempre que solicitada, com a presença de um orador ou formador; por outro lado, continua a dedicar, no seu Congresso Anual, um dia específico de sessões de formação para professores de Inglês do pré-escolar e 1º CEB, a cargo de formadores nacionais e estrangeiros de qualidade; e realizou um encontro de “Primary English: Sharing Good Practice” com a duração de um dia, para a partilha de experiências em sala de aula, em Viseu. Paralelamente, através do seu Centro de Formação, APPIforma, realizou 3 acções de formação para professores do 1ºciclo. No seu plano de formação, oferece 7 acções específicas para este nível de ensino, sendo que a mais recente “Teaching English: bridging for continuity, cohesion and progression” tem como objectivo promover a articulação entre os professores dos 1º e 2º ciclos.

Apreciação geral

Começamos por salientar algumas das respostas dos técnicos à questão: Quais os principais resultados observados?

- Motivação dos alunos para a aprendizagem da língua estrangeira.
- Os alunos revelam-se muito interessados, curiosos e participativos.
- Evolução da aprendizagem dos alunos;
- Relação positiva com as turmas, conseguindo manter o respeito e o ambiente propício à prática lectiva.
- Há uma preocupação em motivar os alunos para as actividades planificadas, estimulando-os a participar.
- A sensibilização à Língua Inglesa é fundamental nesta faixa etária;
- Os alunos sentem-se mais familiarizados com aspectos da língua e cultura Inglesa e desenvolvem uma maior sensibilização para a aprendizagem de competências específicas das línguas estrangeiras, nomeadamente a expressão oral, de acordo com o nível cognitivo e faixa etária;
- A aquisição de regras;
- Desenvolvimento de trabalho autónomo pelos alunos;

- Os alunos são curiosos e interessados pela aprendizagem de uma nova língua – o inglês e que o ensino da mesma no 1º ciclo produz resultados positivos ao longo do percurso escolar.

No entanto, e apesar de considerarmos que muitos dos constrangimentos enunciados pelos técnicos em relatórios anteriores estão, na generalidade, ultrapassados, outros há que persistem, a saber:

- A não “obrigatoriedade” da frequência, aumenta o nível de heterogeneidade da turma e as diferenças a nível de aprendizagem;
- A inexperiência e falta de formação específica em metodologia do ensino do inglês são muitas vezes impeditivas de uma melhoria da sua prática;
- Algumas turmas numerosas e com problemas de indisciplina;
- Dificuldade em equilibrar / gerir a parte lúdica com a componente da gestão de comportamentos;
- O facto de a actividade ser sempre no último tempo lectivo, que faz com que os alunos estejam cansados e com maior dificuldade de concentração;
- Alguns pais pouco sensibilizados para as actividades de enriquecimento curricular;
- Ausência de componente não lectiva para a preparação de aulas, participação em reuniões e articulação com os professores Titulares de Turma;
- Inexistência de articulação vertical em muitos agrupamentos;
- A leccionação em várias escolas (quando há deslocações em curto espaço de tempo).
- Modelo da prestação de serviços;
- Contagem do tempo de serviço.

Como sugestões para a melhoria da actividade, alguns técnicos propõem:

- A integração do ensino de Inglês no currículo;
- A frequência obrigatória da actividade de Inglês;
- A flexibilização dos horários;
- A articulação entre as várias entidades envolvidas no Programa;
- A necessidade de reuniões formais entre pares;

- A necessidade de formação adequada;
- O pagamento e disponibilização de horas para reunir com a PTT.

Observação da actividade

Pela primeira vez, e porque houve um campo no questionário do perito para atribuir uma classificação à actividade observada, constatámos quantitativamente o que já tinha sido diagnosticado e evidenciado em anos anteriores: técnicos que trabalham muito bem com esta faixa etária, com conhecimentos científicos e pedagógicos que permitem que a actividade seja um sucesso; outros que não têm proficiência na Língua Inglesa ou que não têm qualquer preparação pedagógica, e que transformam a aprendizagem do Inglês num total desprazer.

Do levantamento feito pelos peritos, evidenciamos como pontos fortes:

- Promoção de uma relação afectiva com a língua;
- Relação pedagógica promotora da autonomia dos alunos e de uma atmosfera de trabalho produtiva;
- Clima de sala de aula favorável à aprendizagem;
- Implementação de rotinas;
- Gestão eficaz do comportamento dos alunos;
- O reforço positivo;
- Motivação dos alunos para a aprendizagem da língua inglesa;
- Utilização da língua inglesa como língua de comunicação na sala de aula;
- Ênfase na dimensão lúdica da aprendizagem;
- Sequências bem definidas das actividades com recurso a estratégias diversificadas;
- Actividades dirigidas aos vários estilos de aprendizagem;
- Estratégias e tarefas adequadas ao nível etário dos alunos;
- Materiais adequados e motivadores;
- Desenvolvimento da competência de comunicação em Língua Inglesa;
- Boa articulação com o Professor Titular de Turma e evidências deste;
- Elaboração de planificações em conjunto com a professora titular.

Contrastando com os aspectos positivos, continuam a ser enunciados pontos fracos nas observações, tais como:

- Ausência de metodologia e de formação pedagógica;
- Falta de preparação científica: lacunas no conhecimento da língua inglesa, ao nível do vocabulário, pronúncia, entoação...
- Insegurança nas instruções e nas informações transmitidas aos alunos;
- Recurso sistemático à Língua Materna;
- Inexistência de “classroom language”;
- Estratégias pouco diversificadas;
- Pouca diversidade de materiais;
- Pouca diversificação das formas sociais de trabalho, sendo privilegiado o trabalho individual em detrimento do trabalho de par ou de grupo;
- Observação de uma actividade apenas, sem que os alunos tivessem de fazer qualquer utilização de língua;
- Dificuldade na gestão do comportamento dos alunos;
- Sequência de actividades sem percepção do objectivo de aprendizagem;
- Planificação pouco adequada;
- Inexistência de diferenciação na planificação para os diferentes anos;
- Ausência de articulação com o PTT.

Regra geral, há uma correlação entre as observações e as habilitações académicas e profissionais dos técnicos, bem como a experiência anterior neste nível de ensino, mas foram constatadas algumas excepções: técnicos sem formação profissional mas com um bom relacionamento com os alunos e com uma noção adequada relativamente ao que deve ser a actividade do Ensino do Inglês e como desenvolvê-la com qualidade.

Também se verificou que é na área de incidência da DRELVT que surge o maior número de casos de falta de habilitações, situação provocada pela pulverização de Entidades Promotoras: Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações de Pais e Encarregados de Educação e IPSS, que, por sua vez, em muitos casos, delegam em Entidades Parceiras a consecução das AEC.

Decorrente da observação e da mesa-redonda, os peritos teceram recomendações aos vários intervenientes, das quais salientamos:

- Uso sistemático da língua inglesa por parte da professora, quer ao nível da linguagem de sala de aula quer na interação com os alunos;
- Maior estímulo ao uso do Inglês, por parte dos alunos, criando situações que permitam a aprendizagem da língua de uma forma natural;
- Recurso às TIC disponíveis;
- Iniciação de práticas de reflexão dos alunos sobre a própria aprendizagem, através da auto-avaliação;
- Registo das actividades realizadas, de preferência com os alunos (por exemplo, no final da semana ou da unidade) - um registo que permita reflectir sobre as aprendizagens realizadas, e, simultaneamente, proporcione aos pais e encarregados de educação o acompanhamento das actividades desenvolvidas;
- Necessidade de formação específica na área de ensino do Inglês a “young learners”.
- Maior cooperação entre os professores do ensino do Inglês;
- Desenvolvimento de estratégias, entre todos os intervenientes, para promover a articulação vertical de forma mais sistemática.
- Incremento da articulação com o (Sub)Departamento Curricular de Inglês de modo a que a AEC se constitua como um espaço substantivo de ensino e de aprendizagem de Inglês;
- Sempre que possível, evitar a constituição de turmas com níveis de escolaridade diferentes (1º e 4º ano/2º e 4ºano);
- A flexibilização dos horários de forma a permitir a distribuição de um maior número de horas pelos técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de algumas recomendações elencadas no ponto anterior, entendemos que, passados 6 anos da implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1º CEB, importa tecer algumas reflexões sobre o seu desenvolvimento e sobre a posição da APPI relativamente ao mesmo, no sentido de tentar perspectivar o futuro do Inglês no currículo do 1º CEB.

- O Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1º CEB foi apoiado pela APPI, desde o seu início, mas sempre defendemos e tentámos mostrar a necessidade da sua inclusão no currículo, tanto pela relevância da aprendizagem de uma Língua Estrangeira desde cedo, e do Inglês em particular, atendendo ao uso desta LE como língua de comunicação global, como para dar cumprimento às directrizes emanadas do Conselho da Europa relativamente à inserção de pelo menos uma LE no 1º ciclo (primary);
- No final do ano lectivo de 2005-6, a então Ministra da Educação informou a APPI da intenção de alargar o "Programa" aos 1º e 2º anos, a APPI aconselhou prudência e que se avaliasse a "experiência" acabada de terminar, antes do alargamento em causa, principalmente porque se corria o risco de não haver número suficiente de professores com habilitações para ensinar Inglês neste nível, uma vez que as AEC funcionavam/funcionam maioritariamente das 15h30 às 17h30, o que aumenta substancialmente o número de professores necessários em cada Agrupamento;
- O alargamento da oferta obrigatória do ensino de Inglês a todos os anos do 1º CEB, consubstanciada no Despacho nº 14460/2008, e tal como foi implementada, potenciou, o recrutamento de professores que ou não detinham habilitações ou que detinham apenas o denominado "currículo relevante";
- O Decreto-Lei n.º 212/2009 veio estabelecer "o regime aplicável à contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública", no âmbito de "uma efectiva descentralização de competências para os municípios em matéria de educação,

com o objectivo de obter avanços claros e sustentados na qualidade das aprendizagens dos alunos.” O DL permite aos municípios “celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com profissionais especialmente habilitados para o efeito, tendo em vista assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das actividades de enriquecimento curricular”;

- O Despacho n.º 8683/2011 veio proceder a algumas alterações ao Despacho nº 14460/2008 “tendo em consideração a avaliação prática feita ao modelo”, mas manteve o Ensino de Inglês como AEC.

Pelo acima exposto, cabe-nos chamar a atenção da Tutela para os aspectos que nos parecem contraditórios e que necessitam de alteração urgente:

- A actividade de enriquecimento curricular denomina-se “Ensino de Inglês”, foram produzidas Orientações Programáticas para os 3º e 4º anos e, posteriormente para os 1º e 2º anos. No entanto, não só os professores passaram a “técnicos”, como o investimento feito pela Tutela na formação pedagógica dos professores de Inglês deste nível de ensino, teve um retorno mínimo, uma vez que, como já foi atrás referido, muitos dos docentes que beneficiaram dessa formação, se encontram agora a leccionar outros níveis de ensino;
- Há um claro equívoco na inclusão do Inglês como actividade de enriquecimento curricular; de facto, enriquece o currículo porque concorre para o desenvolvimento de competências de saber-estar e saber-ser, mas não ao nível do saber, uma vez que, contrariamente às outras AEC que completam as áreas do currículo a que estão associadas, a LE não existe no currículo;
- O recrutamento de profissionais qualificados para o Ensino do Inglês é cada vez mais problemático e faz com que tenha havido um decréscimo acentuado na qualidade do ensino e das aprendizagens;
- O facto de a actividade ter lugar, maioritariamente, entre as 15h30 e as 17h30, faz com que aumente substancialmente o número de técnicos necessários à actividade; paralelamente, é referido sistematicamente, pelos técnicos e pelos peritos, que os alunos já estão muitos cansados nesta altura do dia,

necessitando de actividades de carácter lúdico-expressivas, como muito bem acrescentadas no Despacho n.º 8683/2011 e, de preferência, num espaço que não seja o da sala de aula;

- Apesar de ser cada vez mais evidente a preocupação crescente, por parte de muitas Entidades Promotoras, de oferecerem melhores condições de trabalho aos técnicos das AEC, a precariedade do trabalho destes continuou a ser um factor de impedimento da fidelização dos mesmos a estas actividades. Grande parte continua a ter um horário de trabalho muito reduzido, e, muitos continuam a não ter qualquer hora paga para as reuniões de articulação horizontal e vertical.
- Não obstante o esforço de descentralização feito pelo ME para que a educação pré-escolar e do 1º ciclo esteja sob a alçada dos municípios, nas actuais circunstâncias, e pela informação veiculada através das visitas de acompanhamento, entendemos necessário reforçar a oferta das AEC pelos Agrupamentos, enquanto Entidades Promotoras ou Parceiras, uma vez que resolveriam muitos dos problemas com que nos temos deparado ao longo destes anos, nomeadamente, a falta de professores com habilitação; a actividade poderia ser desenvolvida pelos professores do 2º ciclo com horário incompleto ou sem horário, ou, no caso de não haver disponibilidade de horários, seria o próprio Agrupamento a fazer o recrutamento dos professores. Sublinhamos, também, a importância dos Agrupamentos na planificação, organização, supervisão e avaliação das actividades, na efectiva integração no Projecto Curricular de Escola e de Turma e na consolidação de uma articulação vertical eficaz.

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- A APPI continua a insistir na urgência da introdução do Inglês no currículo do 1º CEB. Os alunos estão altamente motivados para a aprendizagem do Inglês e todos os intervenientes no Programa das AEC continuam a referir, nas visitas de acompanhamento, que o Inglês deveria ser curricular;

- A continuidade do carácter facultativo da sua aprendizagem implica o surgimento de enormes discrepâncias de aprendizagem na entrada para o 2º Ciclo, originando turmas com diferentes níveis de conhecimento da língua que, necessariamente, levantam dificuldades na gestão do programa de Inglês neste ciclo de ensino;
- A APPI reitera que, se não houver uma eficiente articulação na planificação e concretização da actividade ao longo dos quatro anos de escolaridade, se corre o risco de, em vez de potenciar o gosto pela aprendizagem de uma língua estrangeira, esta se tornar desmotivadora e geradora de insucesso à entrada do 2º Ciclo;
- Consequentemente, a APPI reforça a pertinência e urgência da alteração do programa de Inglês do 2º Ciclo, dado que, no ano lectivo findo, uma percentagem elevada de alunos já tinha frequentado pelo menos dois anos de Inglês (3º e 4º anos). No entanto, reforçamos que essa modificação ou mesmo um novo programa só fará sentido aquando da integração do Inglês no currículo do 1º CEB, criando um programa sequenciado, coeso e coerente, adaptado e não fragmentado, que permita uma mais rápida e eficaz progressão no ensino da Língua ao longo da escolaridade obrigatória.

Lisboa, 8 de Agosto de 2011

Cristina Bastos e Isabel Brites
(representantes da Direcção da APPI na CAP)



apem

associação portuguesa de educação musical

Instituição de Utilidade Pública - representante em Portugal da ISME International Society of Music Education

Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

RELATÓRIO

2010/2011



apem

associação portuguesa de educação musical

Instituição de Utilidade Pública - representante em Portugal da ISME International Society of Music Education

- **Introdução**
- **Novo Modelo de Acompanhamento e Monitorização**
- **Instrumentos e procedimentos metodológicos**

Visitas de Acompanhamento/ Observações de AEC-Ensino da Música

- **Formação de professores**
- **Considerações finais**



Introdução

Este relatório enquadra-se no âmbito do Protocolo de Cooperação Institucional estabelecido entre o ME/DGIDC e a APEM e resulta, à semelhança do anos anteriores, das visitas de acompanhamento realizadas durante o ano lectivo de 2010/2011, de acordo com o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico (AEC) em conformidade com o Despacho 14460/2008 de 26 de Maio.

A decisão da Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP) de alteração do modelo de acompanhamento do Programa em Maio de 2010, veio trazer um conjunto de melhoramentos e outros constrangimentos que serão objecto de reflexão neste relatório.

As informações para este relatório foram recolhidas quer pelas representantes da APEM na CAP quer através dos relatórios enviados pelos peritos da APEM no seguimento das visitas de acompanhamento.

A APEM continua a considerar a importância de um programa de acompanhamento centrado numa metodologia de supervisão pedagógica que permita a construção de uma visão local e simultaneamente global necessária para a fundamentação da avaliação de determinadas situações tanto pedagógicas como organizativas e do reconhecimento por parte das escolas e dos professores do papel formativo desta monitorização.

Também durante o ano lectivo a que se refere este relatório, foi criada uma nova aplicação na área da DGIDC para a comunicação entre a DGIDC e os membros da CAP que, tendo sido apresentada como uma área interactiva, não permitiu, no entanto, estabelecer qualquer interactividade, sendo apenas um sítio de alocação de documentos. Lamentamos ainda o facto de no processo de reorganização do modelo de acompanhamento e monitorização ter havido um lapso de tempo muito grande entre as propostas feitas pelos membros da CAP e o início do programa (de Maio de 2010 a Fevereiro de 2011 com apenas uma reunião da CAP em Dezembro de 2010). Com este início tardio do programa, o segundo momento das visitas acabou por ser muito perto do primeiro momento, o que não criou distanciamento suficiente para a aplicação das eventuais recomendações e observação de resultados mais objectivos.



Novo Modelo de Acompanhamento e Monitorização

Após a apresentação dos diversos contributos e propostas de alteração ao modelo de acompanhamento das AEC pelos membros da CAP, a APEM congratulou-se com o facto das propostas por si apresentadas terem sido, na sua maioria, tidas em conta, nomeadamente as seguintes:

- organização de um novo ciclo de acompanhamento e avaliação das AEC que acentue a dimensão formativa do processo, não se focando tanto na extensão do acompanhamento mas sim na sua eficácia em termos, quer da melhoria ao nível da organização, quer de melhoria ao nível da qualidade das práticas pedagógicas;
- organização do programa de acompanhamento centrado na lógica de Agrupamento e não apenas de uma turma do Agrupamento;
- manutenção da observação de aulas das diferentes AEC;
- criação de condições para mais uma observação da AEC para cada perito na mesma visita;
- envolvimento do PTT na observação das AEC de cada visita conjuntamente com o perito e membro da EAE;
- continuação da aplicação de questionários e registo da observação de materiais didácticos, planificações e sumários e apreciação de observadores com algumas alterações;
- manutenção da realização da mesa redonda.

Neste novo ciclo de acompanhamento passou a estar escrito em todos os documentos da CAP a designação de técnico para os professores da AEC. A APEM considerou e manifestou a sua discordância relativamente ao uso desta designação apesar de saber que em termos de contratação a designação formal seja de técnico, as funções que são exigidas nos termos do Despacho n.º 14460/2008 de 26 de Maio e que são monitorizadas no âmbito do Programa de acompanhamento são de professor, pelo que todos os documentos de acompanhamento e monitorização deveriam ter a designação da função sob pena de se contribuir para a desvalorização do trabalho que estes profissionais têm vindo desenvolver e da sua integração nas estruturas das escolas/ Agrupamento.

Foram feitas alterações aos diversos instrumentos de recolha de informação das visitas com o objectivo de os tornar mais operacionais e objectivos. Foi também alargado o âmbito da recolha de informação aos Directores de Agrupamento, Encarregados de Educação e alunos. A recolha e tratamento desta informação pode contribuir para a melhoria do Programa se for objecto de análise e reflexão.

**Instrumentos e Procedimentos metodológicos**

A observação de aulas, a aplicação do questionário ao professor da AEC e a mesa redonda continuam a ser a estrutura metodológica deste acompanhamento, organizado em dois momentos, sendo que no 2º momento prescindiu-se da mesa redonda, excepto em casos considerados necessários e devidamente justificados.

Foi considerado que a realização das segundas visitas poderia incluir a observação do mesmo professor ou um outro diferente, dependendo esta da avaliação feita na primeira visita. Esta metodologia proporcionou um alargamento do número de professores observados assim como de turmas.

Nem todas as DRE tiveram os mesmos critérios para a organização das segundas visitas considerando a APEM que na área da DRELVT se poderia ter rentabilizado melhor este segundo momento se não tivesse havido a repetição, nalguns casos desnecessária, das mesmas visitas. A DRELVT optou por repetir todas as visitas sendo que a pedido da APEM houve, no entanto, a observação da AEC de Ensino da Música de outros professores dentro do mesmo Agrupamento. Na área da DREA, dado não haver necessidade de observação dos mesmos professores no segundo momento e não havendo no mesmo Agrupamento outros professores, o número de visitas diminuiu significativamente.

Visitas de Acompanhamento/ Observações de AEC-Ensino da Música

1. Os números das visitas de acompanhamento no ano lectivo 2010/2011

	Nº de Agrup. propostos		Nº de Agrup. com oferta de Ensino da Música		Nº de Agrup. visitados pela APEM		Nº de turmas observadas pela APEM		Nº de professores observados pela APEM	
	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas	1 ^{as} visitas	2 ^{as} visitas
DREN	18	18	17	17	17	17	34	32	27	31
DREC	11	11	8	8	8	7	15	14	15	14
DRELVT	17	17	12*	8	9	8	18**	11	13	11
DREA	5	5	4	4	4	1***	8	2	7	2
DREALG	4	4	3	3	0****	0	0	0	0	0

*Só 9 Agrupamentos tinham de facto Ensino da Música tendo a alteração sido feita pela DRELVT

**Só 10 turmas tinham Ensino da Música tendo as restantes sido substituídas por OA

*** Só foi visitado 1 Agrupamento por ter sido considerado desnecessário repetir as observações e além não haver outros professores a visitar.

**** Não foram feitas visitas na DREALG pela APEM por não ter sido possível pela DREALG alterar os dias das observações e os peritos da APEM não estarem disponíveis. A DREALG informou a APEM que tinha um técnico da DREALG na área da Música.



2. Os números de Peritos da APEM no ano lectivo 2010/2011

	Nº de Peritos da APEM
DREN	12
DREC	6+(1)*
DRELV	4
DREA	3+(1)**
DREALG	0
total	25

* perito contabilizado na DREN; ** perito contabilizado na DRELV

De acordo com o quadro (1) apresentado, verificámos que este ano lectivo foram observadas um total de 134 turmas que corresponde a um aumento de 11,4% de observações em relação ao ano anterior (118 observações). Quanto ao número de peritos (25) referido no quadro seguinte (2), manteve-se o mesmo número em relação ao ano anterior .

Também durante este ano lectivo foram detectadas situações em que estava indicado como AEC o Ensino da Música e no próprio momento e local da visita os peritos foram informados que se tratava de outra actividade. Neste âmbito, ainda constatámos algumas faltas de comunicação e articulação entre as Direcções Executivas, Entidades Parceiras e Coordenadores de Estabelecimento de 1º CEB assim como alguma desinformação sobre as próprias AEC.

Dadas as restrições financeiras para o pagamento das deslocações dos peritos e os critérios protocolados das mesmas, a APEM optou, contrariamente aos critérios dos anos anteriores, por não agendar visitas de acompanhamento cuja AEC era referida como Expressão Musical, Educação Musical, Expressão Artística e Musical ou Expressões, considerando apenas a AEC – Ensino da Música. Também a este propósito é de referir o procedimento mais adequado deste novo ciclo de acompanhamento que já previa a observação de “Outras Actividades” por membros das EAE com a aplicação de instrumentos próprios.

A observação de aulas seguida de uma pequena reflexão crítica e formativa com o professor de música considera-se um procedimento essencial para a compreensão do desenvolvimento do projecto de enriquecimento curricular e a sua articulação com o projecto curricular da turma e com o projecto educativo da escola. A presença, na maior parte das visitas, do PTT permitiu uma maior partilha e abrangência da reflexão uma vez que também na maior parte das visitas foi uma oportunidade para o PTT conhecer o trabalho do professor das AEC e as suas dinâmicas.



O constrangimento maior neste âmbito foi o tempo, muitas vezes insuficiente para a reflexão e a aplicação do questionário. Nas segundas visitas, dado que não houve mesa redonda foi mais fácil gerir o tempo.

Os questionários, apesar de reformulados e melhorados ainda não são o instrumento ideal para a recolha da informação pertinente, uma vez que o vocabulário nele contido não é acessível a muitos professores das AEC pelo que é necessário descodificar diversos termos de forma a ser inteligível para todos os professores, perdendo-se aí também muito tempo. A título de exemplo, este aspecto é muito notório nas designações dos instrumentos de autonomia da escola, nomeadamente o PEE, o PCA, PAA, o PCT, onde é evidente que muitos professores observados a quem se aplicou o questionário não os conhece mas vai referindo que sim, muitas vezes confundindo com as planificações ou orientações que a Entidade Parceira disponibilizou.

O levantamento de dados e a análise exaustiva das apreciações das observações de aulas vão constar no relatório de execução física da DGIDC, pelo que neste relatório apenas vamos realçar os aspectos directamente relacionados com o ensino da música.

No entanto, referimos que das 130 observações realizadas pelos peritos da APEM foi bem visível um aumento da qualidade global da AEC-Ensino da Música relativamente aos anos anteriores, como consta no quadro seguinte.

Classificação das AEC-EM observadas	Nº de Obs.	%	% positivas e negativas (10/11) Nº observ. 130=100%	% positivas e negativas (09/10) Nº observ. 114=100%	% positivas e negativas (08/09) Nº observ. 133=100%	% positivas e negativas (07/08) Nº observ. 54=100%	% positivas e negativas (06/07) Nº observ. 47=100%
Excelente	17	13,1%	87,7%	79%	76%	61%	80,8%
Muito Bom	36	27,7%					
Bom	30	23,1%					
Razoável	31	23,8%					
Fraco	11	8,5%	12,3%	21%	24%	39%	19,2%
Muito Fraco	5	3,8%					
Total/obs	130	100%	100%	100%	100%	100%	100%



Da análise dos questionários relativamente às habilitações dos professores das AEC- Ensino da Música verificou-se que a maioria dos observados têm as habilitações de acordo com o exigido no Despacho n.º14460/2008 de 26 de Maio. Foi também visível que os currículos relevantes, tal como exigido, tiveram autorização da CAP:

- 37,4% das aulas observadas foram da responsabilidade de professores com habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário;
- 21,1% das aulas observadas foram da responsabilidade dos professores com um curso profissional da área da música com equivalência ao 12º ano, bem como detentores do 8º grau do curso complementar de música;
- 34,1%, foram da responsabilidade de profissionais com currículo relevante;
- 7,3% tinham licenciatura em ensino básico, mas sem mais informação de outros elementos para a relevância do currículo.

Em conclusão, 58,1% das aulas observadas foram leccionadas por professores com maior nível de habilitações musicais o que pode ser o indicador mais expressivo para o aumento global da qualidade das apreciações das aulas observadas.

Decorrente deste acompanhamento, a APEM considera relevante realçar os aspectos que se consideraram positivos e menos positivos.

Aspectos positivos:

- motivação dos alunos para a aprendizagem;
- relação pedagógica favorável à aprendizagem;
- maior tempo de actividades musicais na aula;
- mais diversidade de actividades musicais;
- maior preocupação com o carácter lúdico da actividade;
- maior adequação das actividades à faixa etária das crianças;
- evidências de alguma articulação com o PTT;



Instituição de Utilidade Pública - representante em Portugal da ISME International Society of Music Education

- evidência das AEC como programa assumido e integrado na vida da escola e agrupamento;
- preocupação em melhorar as práticas quer organizativas quer pedagógicas das AEC;

Aspectos menos positivos:

- pouca prática vocal;
- pouca prática instrumental;
- ausência ou raras actividades de improvisação musical;
- audição musical realizada com pouca qualidade sonora;
- pouco tempo de realização musical;
- ausência ou pouca consistência de planificação da AEC- EM;
- ausência de metodologia de ensino e de formação pedagógica;
- pouco conhecimento efectivo das orientações programáticas para o ensino da música;
- falta de material musical para o ensino da música;
- falta de recursos áudio com qualidade aceitável, nomeadamente leitor de CD;
- poucos ou ausência de recursos pedagógicos, como por exemplo, instrumentos musicais;
- pouco cuidado com a organização e gestão do espaço por forma a adequá-lo às actividades;
- ainda poucas evidências de articulação com a Educação Musical do 2º ciclo do ensino básico.

Relativamente às mesas redondas foram levantados aspectos relacionados ainda com a organização das AEC nomeadamente:

- flexibilização dos horários das AEC;
- efectividade da supervisão pedagógica das AEC;
- articulação pedagógica das actividades quer com o PTT quer com os professores dos 2º ciclo do ensino básico;
- falta de material pedagógico e recursos na sala de aula;
- processos ainda pouco claros de recrutamento dos professores das AEC tanto por entidades parceiras como por entidades promotoras;



- falta de professores de música com habilitações adequadas que levou a alterar a AEC – Ensino da Música para Expressão Musical ou Expressões de acordo com as habilitações do técnico de ensino disponível.

Apesar de nas Mesas Redondas poder-se constatar de uma forma geral, a integração das AEC nos projectos educativos dos Agrupamentos e uma grande motivação dos responsáveis na melhoria permanente deste programa, ainda se encontram factores burocráticos que impedem o normal funcionamento destas actividades. Um desses factores é ainda a dificuldade de contratação atempada de professores que impede uma organização do ano lectivo e uma planificação articulada tanto com o PTT como com os departamento do 2º CEB.

Formação de Professores

Verificou-se este ano lectivo um desinvestimento na formação de professores da parte da tutela. Se é um facto que ao longo das três edições da formação *on line* houve menos candidatos a esta formação tornando-a, por esse facto, muito dispendiosa, a ausência de oferta de formação para professores das AEC – Ensino da Música corresponde a um efectivo contributo para a redução da qualidade desta AEC. A procura de modalidades de formação mais criativas e mais próximas dos professores e que responda às suas verdadeiras necessidades de formação deverá ser o objectivo estratégico dos diversos responsáveis pela qualidade deste programa.

Neste sentido, a APEM integrou no seu plano de formação um conjunto de acções de formação em diversos pontos do país que se centraram em questões da didáctica da música, nomeadamente ao nível do uso da voz e da direcção coral e na didáctica do instrumental Orff.

Para além de uma formação de professores presencial e descentralizada esta deverá também incluir a criação e disponibilização, em grande escala, de diversos materiais pedagógicos para o professor que o apoiem eficazmente na sua prática. A organização de parcerias e protocolos de colaboração para este fim, entre instituições de formação de professores, associações profissionais, autarquias e ministério de educação poderão contribuir para a viabilização de um projecto alargado de formação de professores, mais adequado às realidades locais e mais próximo das necessidades concretas dos professores.



Considerações finais

Findo o quinto ano de acompanhamento do programa da AEC Ensino da Música pela APEM, continuou a verificar-se melhorias progressivas na organização e desenvolvimento desta actividade e evidências de uma maior atenção e sensibilidade para a resolução dos diversos aspectos relacionados com as AEC.

No entanto, mantêm-se ainda um conjunto de constrangimentos, já devidamente identificados, mas cuja resolução nos parece ainda mais difícil e preocupante dada a conjuntura sócio económica actual que poderá vir a agravar as condições de funcionamento das AEC nas escolas.

Os principais constrangimentos ainda verificados situam-se em dois eixos:

- na flexibilização de horários das AEC, e
- na formação de professores.

A flexibilização dos horários das AEC deixaria de ser um problema se se assumissem estas actividades como parte do currículo para todas as crianças, mesmo que dinamizadas por professores especialistas que poderiam ser igualmente enquadrados profissionalmente pelas autarquias, entidades promotoras e entidades parceiras. Neste princípio a formação inicial e contínua dos professores das AEC passaria assim a ser obrigatória e condição absoluta para a contratação e renovação do respectivo contrato. A integração das AEC no tempo curricular reduziria o número de professores necessário e, conseqüentemente, uma menor contratação de professores. A autonomia das escolas seria aqui também um elemento fundamental para agilização de processos de contratação e organização de todo o programa.

Não podemos deixar aqui de referir a importância da criação de uma Comissão Técnica *Ad hoc*-AEC resultante de uma parceria do Instituto Português da Qualidade e da DGIDC com o objectivo da implementação de um referencial para Certificação das Entidades Promotoras e Parceiras e da qual a APEM é membro.

Lisboa, 19 de Setembro de 2011

A Direcção da APEM



ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – RELATÓRIO CNAPEF/SPEF DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO NO ANO LECTIVO 2010/11

Introdução

O presente relatório pretende sintetizar o conjunto de observações realizadas pelos professores peritos de Educação Física (EF) no âmbito das visitas de acompanhamento às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nomeadamente à Actividade Física e Desportiva (AFD). Esta apreciação teve por base os dados recolhidos na primeira ronda de visitas, e foi feita de acordo com os dados fornecidos pelos instrumentos da CAP e as notas de campo recolhidas.

Enquadramento

No cômputo geral, haverá a constatar um enorme desequilíbrio no número de visitas efectuadas na DREN, relativamente a todas as outras Direcções Regionais de Educação (DRE's). Tal facto ficou a dever-se à grande dificuldade de mobilização de colegas naquela região do país para acompanhar a visitas programadas. A este respeito, e a nível sistémico, será importante no futuro perspectivar que outros tipos de compensação possam ser atribuídos aos professores que se disponibilizam para este tipo de observações. Não obstante esta circunstância, considerámos todos os relatórios de visitas apresentados, ainda que possamos reconhecer que, nalguns casos, a amostragem poderia ter sido mais coincidente com o número visitas programadas pelas diferentes DRE's.

Da leitura do presente relatório, como aliás para toda a actividade do CNAPEF e da SPEF no âmbito da CAP, devem sempre considerar-se os pressupostos esclarecidos nos n.º 1 e 2 do primeiro relatório de apreciação do processo de implementação das AEC.



1 - Existência de Expressão e Educação Físico-Motora (EEFM)

Na esmagadora maioria das escolas acompanhadas, o ensino da EEFM, tendo como referência o respeito pelas orientações curriculares desta área, persiste em não existir. A base desta constatação assenta no testemunho dos professores de AFD e no discurso dos Professores Titulares de Turma (PTT), onde afirmam não existir qualquer tipo de articulação entre os PTT e os professores de AFD no que ao planeamento e avaliação da “Educação Física” dos alunos diz respeito, tendo estes últimos sistematicamente afirmado que desconhecem por completo o que é que os PTT fazem com os alunos ao nível da EEFM. Quando questionados em várias mesas redondas sobre se a EEFM é assegurada, a maioria dos PTT afirma que uma vez por semana, em quarenta e cinco minutos (!), trabalha com os alunos pequenos jogos de grupo e algumas acções motoras avulsas, sendo que o resto afirma não leccionar a EEFM por 3 razões essenciais: (1) porque neste momento se encontra na escola um especialista que domina melhor a “matéria” do que eles; (2) dificuldades de organização curricular e (3) a falta de qualidade e quantidade de instalações e de materiais didácticos.

2 - Razões para a não-existência de EEFM nas escolas de 1º Ciclo

A substituição da EEFM pela AFD é uma das principais razões observadas para a continuação e aprofundamento da situação de não-existência da primeira nas escolas visitadas, onde parece estar a ocorrer o seu desaparecimento com a implementação da segunda. A introdução das AEC, que se poderia consubstanciar como uma mais-valia e acrescento à “Educação Física” dos nossos alunos veio, antes pelo contrário, provocar uma situação perversa, dado que aquilo que se preconizava como enriquecimento curricular é agora, do ponto de vista conceptual, algo difuso, que não se tem a certeza do que é, e que funções, finalidades e objectivos deve assumir.

Esta situação vem mais uma vez confirmar que a Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico continua a ser um problema muito longe de uma resolução, no mínimo, aceitável, o que para o CNAPEF e para a SPEF se configura como inaceitável, pois sucessivamente tem amputado os alunos deste grau de ensino de uma EF curricular de qualidade, em conformidade com o direito



consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, tornando o seu pleno desenvolvimento enquanto seres humanos e cidadãos irremediavelmente comprometido. Consequentemente, se por um lado se continua a constatar um claro enfraquecimento da presença de EEFM como referência essencial das aprendizagens curriculares nucleares, inerentemente, um dos maiores princípios educativos deste projecto, o enriquecimento do currículo, acaba igualmente por fracassar, pois peca por não se concretizar.

3 – Instalações e materiais didácticos na EEFM e na AFD

Quanto à observação das instalações e dos materiais didácticos, constata-se uma situação, no mínimo, paradoxal: na esmagadora maioria dos casos observados, a AFD, actividade de enriquecimento curricular, funciona em melhores instalações e com melhores recursos materiais do que a EEFM, actividade curricular nuclear do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Constata-se ainda que na maioria dos casos observados, as instalações e os recursos materiais existentes não permitem a abordagem de todas as matérias do programa de EEFM e das orientações programáticas de AFD, sendo um factor claramente limitativo do bom funcionamento da AFD.

4 - Relação entre o PTT e o professor de AFD

Tal como já foi referido no ponto 1, a articulação entre o PTT e o professor de AFD é praticamente inexistente, sendo a maioria dos assuntos tratados relacionados com situações de comportamento e assiduidade, nada tendo a ver com a “Educação Física” dos alunos, o que é claramente revelador de um sinal de precariedade ao nível da articulação desejável, dado que o Despacho n.º 14460/2008 é claro na definição das funções do PTT neste projecto: tem que participar e acompanhar o planeamento e a avaliação de todos os processos de enriquecimento curricular em que a sua turma esteja envolvida.

5 - Integração da AFD no Projecto Educativo de Escola (PEE).

O desconhecimento por parte de quase todos os professores de AFD relativamente ao Projecto Educativo do Agrupamento leva-nos a concluir que o projecto da AEC funciona à margem da vida dos Agrupamentos, ou como um apêndice aos mesmos.

6 - Relação entre o professor de AFD e o Departamento de Educação Física do Agrupamento de Escolas.

Relativamente a esta relação, constatou-se uma forte carência de trabalho articulado dos professores de AFD com os Grupos de Educação Física dos Agrupamentos, o que de facto não ajuda a que o próprio projecto de EF do Agrupamento se possa desenvolver. As principais razões apontadas neste domínio centram-se na falta de tempo e na impossibilidade de todos os professores de AFD poderem estabelecer uma relação de trabalho conjunto com os seus colegas do 2º e 3º ciclos.

7 - Experiência anterior dos professores de AFD na leccionação ao 1º Ciclo.

Verificou-se que 85% dos professores de AFD já tiveram experiência anterior no 1º ciclo.

8 - Características da experiência anterior dos professores de AFD.

Verificou-se que a experiência anterior dos professores de AFD visados se centrou, na sua quase totalidade, nestas actividades.

9 - Habilitações dos professores de AFD.

Relativamente à habilitação dos professores que asseguram a AFD, há a destacar que 95% dos professores observados são licenciados e cumprem o que preconiza o despacho n.º 14460/2008. No entanto, reiteramos mais uma vez a opinião que qualquer actividade desenvolvida em ambiente escolar que pressuponha planeamento e avaliação de processos de ensino e de aprendizagem, só

pode ser dinamizada por “professores”, isto é, por professores profissionalizados com habilitação para a docência, tal como está regulamentado para todos os ciclos de ensino.

10 - Conhecimento do Programa Nacional de EEFM.

Verificou-se que cerca de 91% dos professores de AFD referem conhecer o programa oficial de EEFM. Considerando-se a AFD uma actividade de enriquecimento da EEFM, e mesmo havendo orientações programáticas para a primeira, é de salientar este importante aspecto.

11 - Conhecimento das orientações programáticas da AFD.

A grande maioria dos Professores de AFD refere igualmente conhecer as orientações programáticas da actividade.

12 - Qualidade da AFD segundo o professor perito.

Não tendo sido objecto de consideração previamente acordado, a apreciação da qualidade dos episódios de AFD observados foi-nos espontaneamente assinalada pelos colegas que acompanharam as visitas. Por esta razão, e por se tratar de um parâmetro de avaliação no futuro, não quisemos deixar de aqui as considerar, ainda que reconhecamos, tratar-se de uma informação meramente apreciativa. Assim, de uma forma global, constata-se que as principais questões mantêm-se relativamente aos anos anteriores: os peritos consideraram na sua maioria que os episódios de AFD observados foram, de uma forma geral, positivos, essencialmente naquilo que diz directamente respeito à competência técnica dos professores. No entanto, é de ressaltar que, na opinião da esmagadora maioria dos peritos, a qualidade das actividades é substancialmente maior quando os professores que asseguram a AFD são licenciados com habilitação profissional para a docência em Educação Física. Relativamente aos conteúdos abordados à luz daquilo que são as grandes necessidades e prioridades de aprendizagem dos alunos, são da opinião que toda a organização, planeamento, leccionação e avaliação das actividades é da inteira e exclusiva responsabilidade do professor de AFD, o que associado à falta de articulação com o PTT e à



praticamente inexistência de EEFM, faz dos professores de AFD os principais protagonistas do processo de desenvolvimento da EF dos alunos do 1º ciclo do agrupamento, em substituição da pessoa que, por missão e à luz da lei, o deveria fazer, ou seja, o PTT. Assim, e dada a ausência de referências para esta actividade nos projectos educativos das várias escolas observadas, é de valorizar o seu trabalho solitário, onde vão fazendo aquilo que podem.

13 - Qualidade da AFD segundo o professor das mesmas.

Relativamente a este aspecto importante da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular, é curioso salientar que a opinião dos professores de AFD continua, tal como no ano passado, e de uma forma geral, pouco positiva relativamente à qualidade do processo de implementação das actividades. Os aspectos mais salientados como dificuldades continuam a ser, na sua maioria, a falta de articulação com o PTT, a falta de materiais e instalações de qualidade, e a falta de tempo para reuniões.

Conclusões

Confrontados com estes resultados, somos mais uma vez forçados a lamentar que a tendência para a não leccionação da EEFM se mantenha, e que os escassos locais onde a mesma ainda era contemplada com qualidade estejam hoje, na sua grande maioria, a ser substituídos pela AFD.

Esta circunstância parece dever-se ao facto de os PTT encontrarem agora um expediente de delegação desta tarefa no professor de AFD, cuja especialidade é exactamente a EF. Desta forma, a condição de enriquecimento curricular que se deseja atribuir aquela actividade fica destituída de sentido, aprofundando-se o esvaziamento da sua essência e concepção. Não podemos deixar de considerar mais uma vez o carácter obrigatório e legislativo da EEFM no currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico Português.



Assim se reitera que, a par do anterior relatório, é premente uma actuação na forma de implementação e acompanhamento do projecto, para que:

a) **A tendência que se observa de alheamento dos PTT na leccionação da EEFM**, visível na ausência de articulação com o projecto das AEC a que os resultados fazem referência, diminua e os alunos passem a usufruir, em pleno, do currículo de EF do Ensino Básico. Se através do projecto das AEC se conseguiu colocar, na esmagadora maioria das escolas de 1º ciclo, professores especialistas em actividade física, na sua grande maioria professores de EF, solução que temos vindo a reivindicar como ideal para resolver o problema da EEFM, temos hoje a plena convicção de que a solução para este problema só pode passar por colocar exactamente estes especialistas a leccionar a EEFM, tendo os PTT como coadjuvantes, assumindo os primeiros integralmente o desenvolvimento desta área curricular.

b) **A AFD seja assegurada com maior garantia de qualidade educativa, não substituindo arbitrariamente aquilo que é “currículo” por aquilo que, supostamente, deveria ser “enriquecimento curricular”**. Indagamos a este propósito onde está a garantia de uma educação de qualidade, inclusiva e integral das nossas crianças e jovens, se estes continuam a passar para outros ciclos de ensino amputados de uma área curricular essencial ao seu desenvolvimento psicomotor, social, afectivo e intelectual? Se não se faz cumprir a lei, e garante aos alunos do 1º ciclo do ensino básico a prática de EEFM, deixaremos então definitivamente ao livre arbítrio das famílias a decisão sobre se os seus filhos deverão ser bem-educados ao nível das actividades físicas? E nas outras áreas curriculares, como o Português e Matemática, vamos adoptar a mesma atitude?

c) **A qualidade das instalações e materiais didácticos, quer para a AFD, quer para a EEFM, condição de sucesso destas duas áreas, seja salvaguardada**. A este propósito, é forçoso realçar dois aspectos cruciais observados pelos nossos peritos, essenciais ao desenvolvimento da EF dos nossos alunos: quer as condições de instalações em que a AFD se desenvolve, quer as de EEFM, não permitirem o cumprimento da extensão curricular preconizada para este ciclo de ensino. Mas aquilo que nos parece altamente contraditório com as finalidades de ambas é que, na maioria das



observações, a AFD funciona com melhores instalações e materiais que a EEFM, o que nos leva a questionar como é que uma actividade cuja principal finalidade é enriquecer o currículo pode ter melhores condições de funcionamento que a actividade curricular.

d) **A organização da AFD não continue ao critério das entidades promotoras e mediadoras, frequentemente desconhecedoras dos propósitos curriculares do ensino básico**, devido à ausência de articulação entre a implementação do projecto das AEC e os Agrupamentos, mas sim que passe directamente para a responsabilidade dos próprios Agrupamentos, dado que têm subsistido critérios essencialmente de ordem económico-administrativa nessa organização.

e) **Se criem condições que permitam incrementar significativamente a articulação dos Departamentos de Educação Física com os professores de AFD**, reforçando a ligação entre ambos no seio do Agrupamento de Escola, para que os primeiros se envolvam mais activamente na gestão da mesma, conduzindo a um menor isolamento dos professores de AFD.

f) **Projecto de Educação Física para o 1.º Ciclo do Ensino Básico**. O CNAPEF e a SPEF mantêm uma enorme preocupação relativamente àquilo que é a concepção de Educação Física para o Ministério da Educação neste ciclo de ensino, e qual a perspectiva que o mesmo tem para o futuro desta área no contexto do currículo nacional. Desta forma, o CNAPEF e a SPEF exortam o Ministério da Educação a, juntamente com ambas as associações, reflectir sobre quais deverão ser as principais prioridades e consequentes medidas a adoptar para que a Educação Física possa assumir eficazmente, de pleno direito, o seu papel singular e insubstituível na escola portuguesa.

Lisboa, 20 de Julho de 2011

João Lourenço, Presidente da Direcção do CNAPEF

Marcos Onofre, Presidente da Direcção da SPEF